

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ**

NIKOLAI SHARAPIN
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa - Plantas medicinais: história e memória da pesquisa e da política científica no Brasil

Entrevistado: Nikolai Sharapin (NS)

Entrevistadores - Tania Fernandes (TF) e Lina Rodrigues (LR)

Data – 06/08/1997 e 08/09/1997

Local – Universidade Federal Fluminense – Niterói/RJ

Duração – 2h45min

Responsável pelo sumário - Carlos Henrique Assunção Paiva

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

SHARAPIN, Nikolai. *Nikolai Sharapin. Entrevista de história oral concedida ao projeto Plantas medicinais: história e memória da pesquisa e da política científica no Brasil, 1997*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2021. 57p.

Sumário

Fita 1 - Lado A

A vida de sua família na China e a imigração para o Brasil; o primeiro emprego e os estudos no Brasil; o interesse pela Química; referência ao seu curso de Farmácia e o trabalho do professor Donald Quintela; o curso de Anatomia avulso na Faculdade de Farmácia; o curso de Farmácia na Universidade Federal Fluminense (UFF); a relação entre a Faculdade de Farmácia e a Faculdade de Química; o convite para trabalhar no Instituto de Química Agrícola (IQA); os trabalhos que realizou como monitor na faculdade; o curso na Faculdade de Farmácia de Química Bromatológica em Natal; o trabalho do professor Paulo Lacaz e o trabalho de pesquisa dos professores da faculdade; a disciplina de Química Biológica, a relação de sua faculdade com outras instituições de ensino nacionais e internacionais; a entrada no IQA.

Fita 1 - Lado B

As atividades de pesquisa no IQA; seu colega de faculdade Hugo Jorge Monteiro; a extinção do IQA e a migração de seus pesquisadores para outras instituições de pesquisa; a transferência para o Núcleo de Pesquisas em Produtos Naturais (NPPN); o descontentamento com o NPPN e a transferência para o Centro de Tecnologia Agrícola e Alimentar (CTAA); referência aos financiamentos e escolha dos objetos de pesquisa do NPPN, IQA e CTAA; o retorno e seus trabalhos no IQA; a entrada no Instituto de Química da UFF como professor; o trabalho como farmacêutico hospitalar no Miguel Couto e no Laboratório Estadual de Produtos Farmacêuticos (LEPF); a produção e a extinção do LEPF; o trabalho na Indústria Farmacêutica Merck; o concurso que realizou para professor adjunto para faculdade em Juiz de Fora; a passagem para professor de 40 horas na UFF e o convite para trabalhar na Universidade de Campinas (UNICAMP).

Fita 2 - Lado A

Referência as suas dificuldades para dar aulas na UNICAMP e seu desligamento da instituição; o trabalho na UNICAMP, a relação de suas atividades na instituição e a Pontifícia Universidade Católica (PUC); a relação institucional entre a UNICAMP e a PUC; o trabalho na Faculdade de Farmácia da PUC e a formação dos alunos.

Fita 3 - Lado A

Comenta a migração de russos para construção da Estrada de Ferro Leste da China e a relação da comunidade russa com os chineses; a situação política e social da China na primeira metade do século XX; o problema da cidadania russa no final dos conflitos e guerras na China; a dispersão de russos da China e a migração de sua família; a chegada ao Brasil e o aprendizado da língua portuguesa; as primeiras atividades de sua família no país; a adaptação e os estudos no Brasil até a faculdade; sua posição e o trabalho no Instituto de Química Agrícola (IQA); o não enquadramento como funcionário no IQA; a extinção do IQA e a dispersão dos pesquisadores; a mudança para o Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais (NPPN).

Fita 3 - Lado B

Referência ao seu descontentamento com o NPPN; sua mudança e o seu trabalho no Centro de Tecnologia Agrícola e Alimentar (CTAA); o trabalho no Instituto Agrônomo de Campinas; a relação do Centro de Pesquisas Pluridisciplinares de Química, Biologia e Agricultura com outras instituições de pesquisa; a contribuição do Instituto de Agronomia de Campinas à agricultura nacional; o envolvimento da Universidade Federal Fluminense (UFF) com pesquisas de produtos naturais; as redes nacionais de pesquisadores que trabalham com química de produtos naturais; a análise química e síntese orgânica; a relação e o trabalho da Vital Brasil; a química no Brasil e a relação com a química internacional.

Fita 4 - Lado A

Comenta sobre a condução de pesquisas com solventes orgânicos e a utilização de outras técnicas no exterior; a relação do desenvolvimento da ecologia e o uso terapêutico de plantas no Brasil; a necessidade de se coletar amostras botânicas para as pesquisas com plantas medicinais; a relação da UFF com os colégios técnicos agrícolas; os congressos de profissionais na área de produtos naturais; compara as políticas de financiamento de pesquisas com plantas do Brasil e da China; a política de investimento e verbas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); o investimento da UFF em pesquisas científicas e a política de ensino básico, secundário e de graduação no país.

Fita 4 - Lado B

Referência ao interesse dos alunos de graduação pelos produtos naturais; a diferença na formação acadêmica na área de produtos naturais entre o Rio de Janeiro e São Paulo.

Data: 06/08/1997

Fita 1 – Lado A

TF – Entrevista com o professor Nikolai Sharapin, dia 6 de agosto de 1997, para o Projeto “Plantas Medicinais” da Casa de Oswaldo Cruz. Fita número 1.

NS – Bom, então vamos começar. Começar assim em 1939, na cidade de Harbin, na China. Essa cidade fica na parte Nordeste da China, na região chamada Manchover e era uma cidade que tinha uma população russa muito grande, razão para isso é que no início do século o governo imperial tinha arrendado uma faixa de terra na China para fazer um corte na Rodovia Trans-Siberiana, economizaria um ou dois dias de viagem e muitos russos vieram para aquela cidade que era o principal centro ferroviário para a construção da ferrovia. Assim vieram os meus avós. Os meus pais também já nasceram na China. Nasci em 39, na época que aquela parte estava ocupada por japoneses, onde havia um país fictício chamado Manjugô, foi reconhecida apenas pelas potências do Eixo, acho que pelo Equador. Uma vida realmente bastante difícil, época da guerra.

TF – Eles são chineses, os seus pais?

NS – São russos.

TF - Ah, são russos.

NS - São russos. A guerra terminou em 45, os russos tinham ocupado aquela parte, por volta de meados de 46 o exército russo se retirou, então ficamos na China no meio de uma guerra civil. Nós já estávamos na parte ocupada pelo governo comunista. Essa guerra continuou até 49, se não me engano, foi na ocasião que as tropas jacaichê foram expulsos do continente e foi proclamada a República Popular da China. Aí a vida começou a ficar um pouco mais... um pouco menos difícil, até que por volta de 52, o governo chinês permitiu que todas as pessoas de etnias diferentes das chinesas se quisessem deixar a China poderiam deixar, até aquela época não era possível. E os meus pais descobriram que havia uma parenta aqui no Brasil, conseguiram estabelecer contato, estabeleceram correspondência e daí resultou então uma carta de chamada.

TF – Por que eles não foram para a Rússia?

NS – Porque os russos não permitiam que o pessoal voltasse para a Rússia. Era a época do Stalin e ele achava que, apesar de muitos russos terem ido para lá no início do século, uma outra grande leva de imigração ocorreu em 1917, 1920, por ocasião da revolução russa. Então as tropas que combatiam os comunistas foram sendo tangidas para fora do país e muitos acabaram na China. Então não entenderam, o governo russo é que era um ninho de adversários do regime, então não queriam que esse pessoal (inaudível) voltasse para a Rússia. Quer dizer, aqueles que não conseguiram sair naquela época de 53, 55, depois acabaram voltando, mas já dentro de um contexto político diferente, o Stalin

já tinha morrido, a política tinha mudado; então naquela época era impossível. A grande maioria das pessoas preferiram ir para a Austrália, porque é um país de língua inglesa e era para onde meu pai queria ir também, mas o fato de ter descoberto essa parenta no Brasil acabou mudando um pouco os rumos. Então chegamos aqui em 29 de março de 1953, cais do porto.

TF – Qual era a profissão dele?

NS – Meu pai era engenheiro e a minha mãe era contabilista. Então, chegando aqui, obviamente também os primeiros meses e até anos foram muito difíceis, o fato de desconhecer completamente o país, de desconhecer o idioma português, tentativas de arranjar emprego. Então comecei a minha carreira como pião de obra numa companhia de terraplanagem chamada Companhia de Imobiliária Nacional, hoje deve estar extinta há muitos anos, mas naquela época possuía vários terrenos no Rio de Janeiro e eu trabalhei como pião no loteamento que a companhia fazia em Realengo, localidade chamada Serra da Barata.

TF – Deixa só eu voltar um instantinho. Então a sua formação no primário, que valeria aqui no primário, primeira formação, ginásio, etc. e tal, o senhor fez na...

NS – Fiz na China em uma escola russa, aí eu terminei o ginásio e... quer dizer, depois que terminou essa... que as coisas se estabilizaram um pouco e eu deixei de ser pião de obra, eu resolvi voltar a estudar, porque carregar lata com massa não é realmente uma atividade muito salubre. Então eu fiz exame de adaptação no Colégio Pedro II como a lei mandava na época, só que o ginásio dentro do sistema russo de ensino era feito em três anos e o Ministério da Educação então mandou que eu fizesse o exame de adaptação correspondente a terceira série ginasial e não o ginásio completo. Mas aí eu perderia mais um ano de estudo, mas aí teve uma grande ajuda dos padres do Colégio São Bento, que através de pessoas conhecidas tomaram conhecimento do meu caso e me matricularam condicionalmente na Quarta série ginasial. Então, enquanto eu estava prestando exame de adaptação no Pedro II, corria também, normalmente, a Quarta série, se eu não passasse, então esse seria anulado. Como eu consegui passar, então ganhei o diploma de ginásio pelo colégio de São Bento. Bom...

TF – Quer dizer, o senhor saiu de lá no meio do ginásio.

NS – Eu tinha terminado, lá ele estava completo, apenas acontece que no Brasil eles não consideravam equivalente porque dentro da burocracia da época o que valia era o número de anos. Então como lá era feito em 3 anos... não consideraram nem a carga horária. A carga horária lá era de 6 horas aula por dia, no Brasil nós tínhamos 5 horas aula, na época ainda eram 5 dias na semana, lá eram 6 dias na semana. Mas ninguém se preocupou em saber qual era a carga horária, não, foram 3 anos, então, bom, vale por três e não por quatro. Então o meu certificado de conclusão do ginásio, eu tenho dois, um de lá e um daqui. Então uma vez terminado o ginásio, quer dizer, já comecei a trabalhar em uma atividade menos insalubre. Fui trabalhar no escritório de um orientador comercial, despachante, chamado Álvaro Fernandes dos Santos, aí continuei trabalhando com ele praticamente até terminar o meu curso superior. Fiz o científico em um colégio do subúrbio à noite, meu colegial foi muito bom, um colégio pequeno na época, chamado Colégio São Fabiano, e naquele ano era o curso noturno e ali havia um grupo de professores, professores jovens, mas extremamente capazes. Me lembro do professor Milton Ferreira de Souza, de Química, que hoje ainda está na ativa, pesquisador de renome, eu me lembro do professor Vicente Romano, professor de Português, também um excelente professor,

não sei que fim levou. Mas, infelizmente, com uma turma pequena o colégio não deu lucro, o diretor fechou o curso noturno, então terminei o meu colegial no Colégio Cardeal Leme, ainda na zona da Leopoldina. Aí resolvi prestar vestibular, quer dizer, desde o meu tempo de garoto sempre tive muito interesse por Química, principalmente por química de moléculas biológicas e... então me ficou...

TF – Mas dentro dos cursos que o senhor fez, tinha algum professor... já citou um professor de Química aí, que tivesse sido importante. Na sua família tinha alguém com atividade química...

NS – Não.

TF – ... que tivesse lhe influenciado.

NS – Não, não tinha ninguém com atividade em química e essa minha vocação foi uma surpresa para o pessoal porque a intenção era que eu estudasse Medicina, não tinha muita afinidade pela Medicina, mas tinha muita afinidade por Química. Então ficou a opção, ou eu fazia Farmácia, prestava vestibular de Farmácia ou de Escola Nacional de Química. Como a Escola Nacional de Química exigia Matemática e eu não confiava muito no meu conhecimento de Matemática, preferi fazer Farmácia. Não me arrependi até hoje. Então cursei a faculdade, ingressei em 1958 e terminei então em... o que seria em 61, na realidade terminei em segunda época, terminei em fevereiro de 62.

TF – Como é que foi esse curso de Farmácia?

NS – O curso de Farmácia, ele é difícil classificar, ele tinha algumas coisas muito boas e tinha algumas coisas muito ruins. Nós na época invejávamos o pessoal do Curso de Química da Faculdade Nacional de Filosofia, que faziam Química Analítica com o professor Werner Gustav Krauledar. E o Werner, ele tinha uma visão muito mais moderna da Química Analítica do que aquilo que o nosso professor nos oferecia, o professor se chamava Donalt Severina Quintela, ele tinha uma visão de Química Analítica, acho que dos anos 20, por aí. Então a gente estudou ainda coisa como o exame em placas de carvão, pérolas de bórax, assim, coisas de... que já estavam já naquela época, estavam completamente superadas. Mas por outro lado, o que ele nos ensinou e acho que persiste até hoje, é uma técnica analítica muito boa, ele fazia muita questão de uma técnica esmerada e isso ficou. Acredito que hoje em dia dificilmente alguém faz tanta questão de detalhes de técnica como fazia o Donalt na equipe dele. Tinha um curso de Botânica excelente, professor Paulo Quione, que conseguia fazer todo mundo se interessar por Botânica, que é uma matéria um pouco árida, mas o Quione tinha um dom assim de fazer as pessoas se interessarem por isso. Alguns pontos fracos, tinha um curso de química inorgânica no primeiro ano em que havia lá umas aulas de problemas que um dia eu me neguei assistir, desaprendi um pouco o que eu sabia, a maneira de ensinar era extremamente confusa, não agradava. O curso de Física também deixou bastante a desejar, quer dizer, o curso de Física na época se chamava Física Aplicada a Farmácia, era dado por médico e, vamos dizer, o que deveria ser mais uma fisicoquímica, a coisa ficou muito embolada, muito confusa.

TF – Era na Praia Vermelha.

NS – Isso era na Praia Vermelha.

TF – Como é que era a vida ali na Praia Vermelha?

NS – Olha, a vida acadêmica era muito boa porque o curso era praticamente em horário integral, mas o primeiro e último ano eram em horário integral, o segundo e o terceiro ano era meio expediente, você alternava manhã e tarde, mas o pessoal convivia muito. Depois, como o regime não era de créditos, era seriado, então praticamente a mesma turma que entrava no vestibular é que saía da faculdade; naturalmente se perdiam alguns pelo caminho, ou ganhava-se alguns por repetência. Mas o ambiente era muito bom, havia muita convivência também com alunos de outras faculdades, aí estava a Educação Física ao lado, Arquitetura, depois Arquitetura mudou para o Fundão [Ilha do Fundão/ Universidade Federal do Rio de Janeiro] e veio a Economia, aí tinha mais adiante a Química, Odontologia e a Medicina. Freqüentava todo mundo o mesmo restaurante, que era o restaurante da Medicina, depois os presidentes e diretores armaram uma pseudo confusão para forçar a abertura de um segundo restaurante. Então foi aberto um restaurante lá nos fundos da reitoria, então separou a Medicina das outras 5 escolas. O restaurante passou a se chamar “Pentágono”, não sei se o nome persiste, bom... hoje acredito que não, ninguém se lembra disso. Então o ambiente era muito bom, a convivência era muito boa.

TF – E a faculdade era... era a estrutura como é hoje, quer dizer, de créditos não, mas eram 3 anos em Farmácia depois uma especialização...

NS – Não, não, era um curso único de 4 anos e a gente saía com o diploma de farmacêutico químico. O currículo do curso para a época era bom, quer dizer, aqueles “senões” que alguém era um tanto superado, alguém era um tanto confuso, ou alguém não fornecia aquilo que a gente esperava, mas acho que se aumentasse uma carga de físicoquímica e se desse um pouco mais... se desse uma cadeira de anatomia, aí seria quase perfeito.

TF – Ah, não tinha anatomia?

NS – Não, não tinha anatomia. Nós... no meu último ano nós pedimos a um professor de Medicina, dr. Eugênio Cavalcanti, que eles nos dessem um curso avulso e ele nos atendeu e então vários alunos de todas as quatro séries do curso de Farmácia fizeram esse curso de anatomia com ele, mas era um curso de anatomia demonstrativa, quer dizer, ninguém botava a mão em nada. Aliás, naquela época o ensino na área de saúde era totalmente dominada por médicos. Então, dos nossos professores catedráticos, o Quione era veterinário de graduação, e farmacêuticos, somente farmacêuticos, acho que tinha a professora Hiolanda Jardim e a professora Alice Terra não era chefe de disciplina, mas era regente, o resto era médico e farmacêutico ou somente médico. Como os médicos dominavam, então achavam que a anatomia também era uma atividade que só eles podiam exercer, então a gente podia olhar e ver como é que é, mas não podia botar a mão, não podia dissecar, não podia fazer nada. Bom, pelo menos deu uma visão.

TF – E as especializações? Quer dizer, hoje nós temos três especializações no curso de Farmácia.

NS – Sim, mas na época não havia, era um curso único...

TF – Como é que se direcionavam para ter uma atividade profissional?

NS – Cada um se virava, cada um se virava, quer dizer, você terminava o curso, você ganhava o seu

diploma e podia fazer qualquer coisa. Se você quisesse podia ir para a indústria, se quisesse podia fazer análises clínicas, se quisesse podia ir para a pesquisa, podia fazer o que quisesse, o diploma lhe dava direito de exercer a profissão na sua plenitude, não havia restrições. Havia uma certa rivalidade com o pessoal da Fluminense [Universidade Federal Fluminense- UFF], os quais a gente olhava assim, meio que de cima para baixo, porque eles faziam um curso de Farmácia em 3 anos, quer dizer, a diferença era o título, que ele saía com o título de farmacêutico e não de farmacêutico químico. Bom, depois essa situação mudou na Fluminense [UFF] como também mudou na Nacional, com a reforma do ensino farmacêutico, mas na época era assim, saía com o direito de fazer qualquer atividade...

TF – E na UFF [Universidade Federal Fluminense] também saía com o direito de trabalhar nas 3 áreas?

NS – Também, também.

TF – Então, o quê que tinha de diferente em termos de currículo?

NS – Bom, eu não estou bem ao par de como era o currículo na época na UFF, mas me parece que algumas disciplinas não eram dadas. Eu não sei como eles conseguiam comprimir isso em 3 anos, na realidade o curso na Fluminense era dado em 3 anos na parte da tarde, porque a faculdade se chamava Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro. Então de manhã tinha uma turma de Odontologia, a tarde o prédio era da Farmácia e a noite vinha outra turma de Odontologia. Então a gente costumava brincar dizendo que se a gente chegasse na Faculdade Fluminense e dissesse “fora de forma, marche!” Não ficava um aluno dentro da sala, porque a maior parte dos alunos eram militares, eram sargentos que buscavam curso superior para ceder ao oficialato e o curso da Fluminense realmente oferecia essa vantagem, era meio expediente e eram em 3 anos e não em 4. Mas os direitos eram os mesmos, não se distinguia entre um formado no curso de 4 anos ou um formado no curso de 3 anos.

TF – Qual a relação que tinha Farmácia com a Química?

NS – Entre os alunos era muito boa, a gente não tinha nenhuma rivalidade, a gente convivia muito bem, inclusive havia até uma, no meu tempo, uma certa afinidade entre os diretórios acadêmicos, a gente fazia iniciativas mais ou menos comuns, brigar por um novo restaurante, reclamar da comida, fazer greves, quer dizer, tudo isso era feito mais ou menos de comum acordo. O relacionamento com a Química era muito bom.

TF – Vocês se deslocavam para ter aula na Química ou o professor se deslocava para dar aula para vocês?

NS – Não, não. Na Química não havia nenhuma aula, todo curso era dado dentro da Faculdade de Farmácia.

TF – Então, o professor de Química, por exemplo, vinha dar aula...

NS – Não. O professor de Química era o professor da Faculdade de Farmácia.

TF – Posteriormente é que foram...

NS – É, os institutos foram criados, eu acredito eu, que por volta de 64, mas até eu sair da Faculdade, no final no ano letivo de 61, os professores eram pertencentes a Faculdade. Quer dizer, se havia uma disciplina de Química Analítica na Farmácia, uma disciplina de Química Analítica na Escola Nacional de Química e uma outra disciplina de Química Analítica no curso de Química da Faculdade Nacional de Filosofia, tinham três catedráticos diferentes. Cada um regia a sua cadeira de maneira como bem entendia. Então havia sempre umas diferenças, por exemplo, o nosso professor de Química Orgânica era o professor Paulo da Silva Lacaz, na época ele era catedrático de Química Orgânica e Biológica, então ele regia três disciplinas dentro da Faculdade de Farmácia: Orgânica 1, Orgânica 2 e a Química Biológica. Quer dizer, na realidade, a gente só via o Lacaz nas aulas biológicas, Orgânica 1, Orgânica 2 era dado por assistente. Mas a Química tinha um outro catedrático de Orgânica que eu não me lembro quem era, mas me lembro que em seguida, logo depois da minha formatura a cadeira ficou vaga, isso gerou um concurso muito comentado na época, onde concorreu o professor Cláudio Costa Neto, que hoje ainda está na ativa, no Instituto de Química da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], o professor Walter Mors e a professora Heloísa (inaudível). Foi um concurso muito bom, muito difícil, onde os 3 decidiram, o vencedor, acho que no olho mecânico. Mas não me lembro quem exercia a cadeira de Orgânica na Química no meu tempo de estudante. Quer dizer, em termos de aula nós não tínhamos nenhum contato com outra faculdade, a gente fazia todo o curso dentro da nossa faculdade especificamente, acho que isso era comum para todas elas.

TF – E o senhor formou-se...

NS – É, eu me formei, aí eu tive a infelicidade de arrumar uma confusão com a professora de Química Biológica, o que me custou bastante caro, na época eu era metido a desafortado, eu reconheço que se eu tivesse hoje em dia um aluno como eu era naquela época, talvez não tivesse muita simpatia pelo cara também. Mas o fato que isso me custou uma segunda época de Química Biológica. Então eu formei oficialmente em fevereiro, mas a minha turma era uma turma muito unida, então achou que eu e os outros dois que incorreram no mesmo problema teria que comparecer à cerimônia de formatura oficial e nós comparecemos, foi no dia 18 de dezembro de 61, a coisa era simbólica, mas pelo menos estávamos todos lá, de beca, a solenidade que era própria da época. E no dia da formatura um colega meu de turma, Hugo Jorge Monteiro, hoje professor titular da Universidade de Brasília, ele me perguntou se eu não gostaria de trabalhar no Instituto de Química Agrícola [IQA], que ele tinha lá uma oportunidade, pediram a ele para achar alguém, então ele me perguntou se eu não gostaria; eu não perguntei para fazer o quê, eu não perguntei quanto eu iria ganhar, eu disse: “Eu quero, está fechado. Quando é que eu vou lá para saber?” Ele disse: “Vai lá durante a semana”. Então marcamos um dia, fui lá, fui apresentado ao professor Walter Mors, e acertamos que eu começaria no dia 2 de janeiro, aliás, minto, dia 10 de janeiro, com a condição que se eu ficasse reprovado na minha segunda época eu perderia o emprego.

TF – Isso já era um emprego.

NS – Isso já era um emprego, já era um contrato...

TF – Durante a faculdade o senhor fez monitoria, fez estágio...

NS – Fiz monitorias.

TF – Em que áreas?

NS – Fui monitor de Química Orgânica. Comecei trabalhando com a professora Alice Barros Terra na Orgânica 1, logo no primeiro ano e acho que ela gostou...

TF – Alice foi minha professora.

NS – Ah, também... Puxa que bom! Grande professora Alice, lembro dela com muita saudade, da maneira dela dar as aulas e quando o professor Lacaz precisou de um aluno para trabalhar nas instalações dele na Medicina ela me indicou, ainda no primeiro ano. Então fiquei, primeiro, segundo, terceiro ano fazendo monitoria na cadeira de Química Orgânica e Biológica. Teve várias marchas e contramarchas, fiquei mais tempo na Medicina. O professor Lacaz estava trabalhando com dois casos de porfiria congênita, então ele, acho que ele queria saber como é que os pigmentos se formavam, então ele injetava os dois pacientes com glicina marcada e depois ele isolava os pigmentos de urina e de fezes e fazia a contagem de radioatividade. Aí que eu descobri porque que ele estava precisando de mais alguém, porque ninguém queria fazer essa extração, porque do ponto de vista químico podia ser muito interessante, mas é muito mal cheiroso. Então eu fazia isso, depois de uma certa época eu tive que voltar para a faculdade, fiquei trabalhando com o professor Afonso Seabra. O professor Seabra estava querendo fazer uma pesquisa, embora fosse cadeira de Orgânica, mas era na área de inorgânica, ele queria achar um uso para excesso de bromo que havia na Companhia Nacional de Alcalis. Então nós fizemos, testamos uma série de processos de preparação de Brometo de Sódio. Então eu ficava me dividindo, ora eu ia para a biológica e mexia lá nas coisas do professor Lacaz, ora eu voltava para a faculdade e mexia lá no laboratório de Orgânica onde a gente também tinha bastante liberdade, fazia brometo de sódio, um dia a gente resolveu fermentar suco de laranja, no outro dia a gente resolveu fazer bromoral, porque durante anos aquela prática não dava certo, um ano explodiu deixando uma marca no teto, que ele alertava todo mundo: “cuidado, o negócio explode, olha aqui o resultado”. Vamos fazer sem explodir, acabamos fazendo. Então foi... minha monitoria foi muito boa, foi muito boa, deu uma visão melhor das coisas, deu mais traquejo, mais prática e, na realidade, eu não pensava terminar no IQA [Instituto de Química Agrícola]. Quando eu estava fazendo o segundo ano, eu consegui dois meses de férias com o meu patrão e fui para Natal onde morava o meu pai e... Bom, não muito acostumado a férias, eu fiquei à toa durante uns 15 dias, mas depois “encheu o saco”, aí fui procurar o que fazer e acabei arrumando um estágio num serviço de saúde pública, onde a gente passava toda a manhã analisando amostras de leite, carne e o farmacêutico que dirigia esse serviço na época me avisou que haveria um curso na Faculdade de Farmácia de Química Bromatológica que seria dado a noite, se eu não estaria interessado em fazer. Eu disse que sim, acabei fazendo o curso. O nível da faculdade lá em Natal não era igual ao da Nacional, então acabei no fim ajudando o professor na parte prática, ensinando os colegas a trabalhar, que eles não tinham desembaraço nenhum de laboratório e eu ganhei um convite desse professor, em me formando ir a Natal para trabalhar com ele na Faculdade. Como a área era Bromatologia, então comecei a me especializar, daí a confusão que foi armada lá com a minha professora de Bromatologia, daí a reprovação, a segunda época e o convite que não foi reiterado, porque parece que tinha circulado uma informação tipo: “não leva esse cara que é um criador de caso, vai dar problema para você, já está dando problema aqui”. Então

quando eu cheguei ao final do quarto ano, quer dizer, eu me vi em segunda época sem possibilidade, sem perspectiva de emprego. Então, quer dizer, o IQA era uma instituição, acho que todos queriam trabalhar, já na época tinha uma fama de ser uma instituição de vanguarda de pesquisa e a parte de estudo de produtos naturais sempre me atraiu, embora tivesse ficado mais na área de orgânica, talvez fosse mais por falta de uma outra oportunidade de...

TF – O Lacaz ainda não desenvolvia nada com produtos naturais?

NS – Não, o Lacaz não desenvolvia nada, aliás, o Lacaz, acho que nunca desenvolveu nada na área de produtos naturais. O grande mérito do Lacaz foi ter recebido a equipe do IQA, ou parte dela, quando o IQA explodiu. Aí sim, o Lacaz realmente assumiu a equipe, deu todas as condições de trabalho e por isso tem o lugar de destaque dele na história de Química de Produtos Naturais no Brasil.

TF – E as pesquisas nessa ocasião, elas eram financiadas por qual instituição? A própria universidade?

NS – Olha, as pesquisas eram muito poucas, pelo menos dentro do âmbito da faculdade. A faculdade funcionava como transmissora de conhecimento, a gente recebia aulas e fora do horário de aula dificilmente se encontrava professores lá dentro, quer dizer, quem eu me lembro que fazia investigação era o professor Lacaz na área de biológica; microbiologia, já naquela época existia como instituto de microbiologia, o catedrático era o professor Paulo de Gois, tinha uma equipe muito boa, dr. Amadeu Curi, Sequibele Guimarães e outros. Então ali havia um trabalho de pesquisa, pelo qual eu não me interessava muito, sempre detestei a parte de micro, havia... segundo consta, porque não era feito na faculdade, uma pesquisa na área de parasitologia, professor Rui Gomes de Moraes, o Ênio era assistente, depois que o Ênio assumiu a disciplina, aí sim, ele introduziu lá um trabalho de pesquisa, mas o Rui não, não fazia muita coisa, dizem que ele fazia alguma coisa na Medicina e Cirurgia; e o Paulo Alquione que era botânico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, mas também exercia pesquisa no Jardim Botânico, não na faculdade.

TF – Pesquisa biológica, quando se fala em biológica, o quê que é isso?

NS – O quê? Química Biológica?

TF – É, o que é Química Biológica?

NS – Olha, a disciplina ela era dividida: Orgânica 1, Orgânica 2 e Química Biológica; era Bioquímica, aquela Bioquímica dinâmica, quer dizer, o curso tinha mais ou menos o mesmo currículo do curso de Bioquímica da Medicina.

TF – A Bioquímica voltada para Análises Clínicas?

NS – Para Análises Clínicas, exatamente. Ninguém falava em química de plantas, ninguém mostrava nada, biogêneses, nada disso se conhecia. Química Orgânica também, o ensino ainda era à antiga, quer dizer, as reações de hidrocarboneto, dois pontos, um, dois, três, quatro, cinco, as reações não sei o quê... um, dois, três, quatro, cinco... quer dizer, não se ensinava mecanismos de reação, isso eu vim aprender muito depois quando já estava no IQA. Então era um curso ainda bastante à antiga.

TF – Tinha uma distância entre esse curso e o contato que o senhor tinha com os cursos no exterior, dessa formação de Farmácia aqui e a formação de Farmácia em outros países, vocês tinham essa...

NS – Não, não, a gente estava muito mal informado, estava muito mal informado. Quer dizer, o que corria é que... no meu quarto ano nós promovemos o I Encontro Nacional de Estudantes de Farmácia, foi em Porto Alegre e foi logo depois da confusão que seguiu a renúncia do Jânio Quadros. Então foi meio no clima de “oba, oba”, vamos dizer, foi um pouco mais político do que técnico, mas a gente tentava saber o que se passa nas outras faculdades de Farmácia do país. A gente achava que o curso em Belo Horizonte seria melhor do que o nosso, a gente achava que o curso da faculdade de Santa Maria seria melhor do que o nosso, não se falava na USP [Universidade de São Paulo]. Então eu não sei até que ponto essas informações realmente procediam ou não. Isso era uma coisa que a gente achava, através de contato com aluno, colega e tal, não tinha também muita aproximação com os professores, se dava mais com o pessoal jovem, assistentes, instrutores; falar com um catedrático era uma tarefa que exigia assim um certo preparo, tinha um assunto para falar com o cara, a gente perguntava antes: “Como é que está o homem hoje, dá para conversar?” “Não, não vem não, ele hoje está brabo”. “Ah tá, então volto amanhã”. Certas formalidades, comparecia a faculdade de paletó e gravata, quer dizer, havia todo um clima assim que não permitia muita aproximação, e informações do exterior era praticamente inexistente.

TF – Aí entramos no IQA.

NS – Bom, aí entramos no IQA. Entramos no IQA em um projeto que era um convênio entre o Ministério da Agricultura e o National Institute of Health dos Estados Unidos. A proposta era preparar extratos de plantas brasileiras para testar sua atividade anti-câncer e o coordenador desse projeto era o professor Walter Mors, com quem então comecei a trabalhar e a quem toda a minha carreira está ligada até os dias de hoje de alguma maneira. Então o IQA naquela época, realmente, era uma instituição já de muito prestígio, havia um convênio entre o IQA e a Universidade de Stanford, então sempre havia pesquisador...

Fita 1 – Lado B

NS – Estava lá o Ben Gilbert, estava lá o que veio a ser o meu chefe dois anos mais tarde, professor Bernard Tursch, estava lá o professor Barnes que hoje ainda está na UFRJ, estava lá o Richard Owellen, permaneceu pouco tempo. Mas aí então, a coisa começou a ficar muito mais aberta, muito mais clara, quer dizer, a gente passou a ter contato com esses professores estrangeiros, a gente passou a saber o quê que se passa lá fora e, realmente, aí se fazia um trabalho de pesquisa muito sério. Isso começou a mudar a cabeça e o IQA estava para receber o mandato universitário da Universidade Rural, no final, na última... pretendia se ministrar então pós-graduação, que seria provavelmente a pioneira na época, mas aí aconteceram mudanças no Ministério da Agricultura, o IQA foi transformado numa divisão de tecnologia e, evidentemente, o mandato universitário nunca foi aproveitado. Comecei trabalhando nesse projeto, depois...

TF – Algum colega seu...quer dizer, tinha aquele colega seu que o senhor falou na Universidade e foi quem lhe convidou...

NS – É, ele estava lá e no final...

TF – Qual o nome dele?

NS – Hugo Jorge Monteiro, e no final do ano ele foi para Stanford fazer o seu doutorado. Havia um outro colega meu de turma trabalhando lá, outro colega de turma chamado Kuanaguaio, era peruano, era aluno de convênio cultural, então ficou lá no IQA também durante mais um ano, um ano e pouco, depois regressou ao Peru. Tive oportunidade de estar com ele alguns anos passados, mas saiu completamente fora da área de investigação científica, está se dedicando a farmácia comercial.

TF – Sim, e aí o IQA, com a extinção, quer dizer, colocada como extinção, com a mudança do IQA, aí o senhor foi para...

NS – Bom, aí aconteceu o seguinte, quer dizer, a mudança, a extinção do IQA provocou uma celeuma muito grande, então os líderes dos projetos, as pessoas de (inaudível), procuraram achar um outro lugar para trabalhar. Então foram levantadas as hipóteses possíveis, uma delas tinha sido a PUC [Pontifícia Universidade Católica], na ocasião o dr. Walter disse que para a PUC ele não iria, por motivos religiosos, eu creio, e o meu chefe dizia que ele realmente gostaria muito de ver uma publicação conjunta, de uma Universidade Católica, do Jockey Club Brasileiro e da Universidade Livre de Bruxelas, que é a universidade dele, que é uma universidade protestante, mas isso não aconteceu.

TF – O Jockey Club tinha um laboratório também...

NS – Tinha, tinha um laboratório e o Jockey Club como ficava em frente ao IQA, ali no Jardim Botânico, tinha muita ligação com o IQA. Então passaram pelo Jockey, pelo IQA, pessoas como o professor Milton Lessa Bastos, por exemplo, Joaquim Ferreira, trabalhavam lá e cá, ou era gente do Jockey que vinha para o IQA fazer pesquisas ou o pessoal do IQA que tinha ligações com o Jockey. Agora, essa ligação com o Jockey ela era em todos os níveis, porque todos os auxiliares, técnicos, serventes do IQA tinham um segundo emprego no Jockey, permanente ou temporário, então havia sempre muita aproximação. Então quando as coisas começaram a se definir, o grupo do professor Otto Gottlieb foi para a Universidade de Brasília e o grupo liderado pelo professor Walter foi para a faculdade de Farmácia onde foi fundando, hoje é NPPN [Núcleo de Pesquisa em Produtos Naturais], na época CPPN [Centro de Pesquisa em Produtos Naturais] junto a cadeira de Orgânica Biológica do professor Lacaz. Bom, o que aconteceu comigo: O meu chefe, ele resolveu permanecer no IQA até que as coisas se decidissem melhor.

TF – O seu chefe era o...

NS – Era o Bernard Tursch. Então nós, nós conseguimos conviver muito bem com o diretor da época, quer dizer, o diretor, ele chegou lá com uma visão completamente diferente, ele queria fazer tecnologia, eu acho que se ele tivesse mais visão ele teria conservado a parte de investigação que quer fazer na área de Produtos Naturais, mas ele queria mais era projeto de aplicação, projetos tecnológicos, mas de alguma maneira, meu chefe conseguiu convencer que a nossa atividade era encaixada dentro daquelas coisas que ele pretendia. Bom, aí houve uma série de questionamentos,

inclusive, a biblioteca do IQA que era a melhor biblioteca de química do país na época, um dia recebeu ordem de ser transferida para Brasília. Aí o (inaudível) o José Biforne, que era diretor da divisão de tecnologia agrícola, que em uma atitude tipicamente dele, botou um cadeado na porta da biblioteca, mandou as bibliotecárias para casa e foi para o gabinete do ministro, aí a biblioteca ficou no Rio de Janeiro, mas ela ia sair para Brasília. Bom, até que finalmente um dia o meu chefe não conseguiu resistir mais, porque os apelos lá do CPPN eram muito grandes e a pressão foi feita também via Djerassi, que era o chefe do grupo. Então fomos os últimos a chegar no CPPN, isso era início de 64.

NR - Do IQA para a seção (inaudível)

NS – Bom, eu comecei na antiga seção de Química Vegetal, o chefe era o falecido Oscar Ribeiro, depois quando eu voltei para o IQA, fui para uma nova estrutura e a minha sessão passou a se chamar Seção de Subprodutos, mas isso ocorreu em 66.

TF – Aí então o senhor foi para o NPPN em...

NS – Aí fui para o NPPN, em 64. Então o NPPN tinha...

TF – O senhor levou o cargo que o senhor tinha? O senhor tinha um vínculo...

NS – Não, eu não tinha vínculo, não tinha vínculo, inclusive umas das coisas que constantemente acontece na minha vida, alguém me nega um direito administrativo e o resultado é muito melhor do que se não me tivesse negado. No final de 62 ou início de 63 houve uma lei do Jango que mandava enquadrar no serviço público todas as pessoas que prestavam serviços ou serviços públicos, seja qual fosse o vínculo. Então o IQA enquadrou um monte de gente que estava trabalhando lá com bolsas ou com pagamento por verba, ficaram duas pessoas de fora, uma fui eu e outra foi um auxiliar técnico que trabalhava no mesmo setor que eu. Aí eu fui perguntar ao diretor da época por quê que eu não tinha sido enquadrado, por que a minha documentação não tinha sido mandada, e ele disse que era muito cedo para eu entrar no serviço público porque se eu virasse funcionário recém formado eu ia viciar e não ia querer trabalhar mais. Ele na ocasião me aborreceu muito, mas no fim acho que as coisas correram de uma maneira tal que foi muito melhor eu ter saído do que ter ficado na tabela. Eu ganhava por serviços prestados, quer dizer, ganhava da verba do projeto, depois o Ben Tursch tinha uma verba de projetos dele, quando o projeto do Einaide terminou, então não tinha vínculo nenhum. Aí fui levado para o CPPN e lá continuei ganhando pela mesma verba do projeto que era do Ben Tursch. Aí com o andar da carruagem, depois foram pedidas bolsas da CAPES [Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. Então eu... inicialmente eu recebi a bolsa e devolvi a bolsa, a caixinha do NPPN, até que depois eu fiz concurso para o Estado. Então o patrulhamento começou muito forte, eu trabalhava a noite em uma farmácia hospitalar, mas não podia ter dois empregos, então me caçaram o dinheiro da verba e eu fiquei com a bolsa. As coisas eram um pouco confusas na época.

TF – Quer dizer, esse trabalho no NPPN, o senhor levou, em termos de conhecimento, o quê que foi levado em termos de conhecimento de uma instituição para a outra? Em termos de conhecimentos adquiridos, de trabalho, de pesquisa... Como é que era?

NS – Bom, veja, eu fui para o CPPN em condição meio particular. O Ben Tursch tinha me prometido uma oportunidade de fazer doutorado na Bélgica, então tinha me programado para isto. Aí aconteceu a explosão do IQA, quer dizer, a ida do grupo para o CPPN. Então como não havia tempo de fazer uma seleção de alunos para a primeira turma de pós-graduação, então todos nós que trabalhávamos com os orientadores, os pesquisadores, fomos compulsoriamente matriculados. Então me disseram: “agora você vai ser aluno do curso de pós-graduação do NPPN”. “Eu não estou interessado nisso!”

TF – Mestrado?

NS – Não, na época era doutorado. A conversa na época foi doutorado e o ano passado tive a pachorra de ir ao NPPN buscar o meu histórico escolar, então está escrito lá, preto no branco, que o curso era de doutorado. Aí eu disse que não estava interessado de fazer isso no NPPN porque eu já tinha uma promessa de ir para a Bélgica, mas uma certa pressão foi feita para que isso não acontecesse. Depois, com o correr do tempo, obviamente o curso não foi aprovado e o doutorado acabou virando mestrado. Não, não gostei da minha ida ao NPPN, não gostei mesmo, quer dizer, liberdade que a gente tinha dentro do Instituto de Química Agrícola, nós perdemos dentro do NPPN, para não dizer eu perdi. Vamos dizer, a coisa... em termos de instalações também era muito mais precária, aqui estava muito bem equipado e no NPPN, na época, nós ficamos confinados em um salão que era o antigo laboratório de Orgânica II, ainda mais, sabendo que não pude ir a Bélgica, que eu queria, achava que teria muito maior oportunidades fazendo o curso fora do que no Brasil e a pressão que foi feita em cima das primeiras duas turmas de alunos, de que a gente tem que dar produção, que a gente tem que produzir, estudar, essa é uma atividade que a gente deve fazer em casa depois de terminado o expediente. Realmente, me fez sentir mal ali, não gostei do meu tempo de permanência no NPPN...

TF – Liberdade que o senhor fala é isso ou liberdade de escolha de objetos de pesquisa? Como é que foi?

NS – Não, era liberdade de se mover dentro do programa. Quer dizer, no IQA houve, que havia uma orientação permanente dos nossos chefes, dos líderes do projeto, mas no NPPN isso ficou uma coisa muito apreensiva, quer dizer, começaram a ser marcados horários para tudo. Quer dizer, se alguém abrir o livro na bancada, sempre vinha alguém dizendo: “Por que você está lendo? Você tem que produzir. Por que você não está terminando o seu experimento.” Quer dizer, o ambiente, ele ficou completamente diferente. Mas assim mesmo eu estava disposto a aguentar até onde desse. Aguardei 2 anos, mas depois eu resolvi cair fora, depois eu resolvi cair fora e... Eu tinha um amigo meu, Paulo Henrique Gimenez, que ainda estava na divisão de tecnologia e um dia eu virei para ele e disse: “Olha, eu não aguento mais o NPPN, está me enchendo muito, estou me aborrecendo, eu tenho dificuldade de me mover lá dentro e eu quero voltar. Você acha que tem condição de voltar para o Ministério?” Ele disse: “Tem sim, nós temos uma vaga”. E o diretor já era o Oscar Ribeiro que foi o chefe da antiga Seção de Química Vegetal na Universidade. “Se você quiser eu falo com o Oscar”. No dia seguinte ele voltou e disse: “Olha, o Oscar disse que está tudo bem para você, sinal verde, ele vai no Ministério e vai tratar de regularizar a sua contratação”.

TF – Ministério da Agricultura.

NS – Da Agricultura, é claro. A contratação seria ainda na famosa verba III que eram chamadas eventuais, temporárias e tal, e no dia seguinte ou dois dias depois o Oscar foi realmente ao Ministério,

mas houve qualquer problema lá pessoal dele com o diretor do departamento e ele brigou e pôs o cargo à disposição. Então, meu amigo me disse: “Olha, as coisas não funcionaram, o Oscar pediu demissão, a gente tem que esperar quem é que vem para o lugar dele. E com mais uma semana, (inaudível): “Bom, o quê que eu faço agora?” “Nós já temos novo diretor, você quer que eu fale com o novo diretor?” Eu disse: “Claro.” E ele disse: “Mas você não sabe quem é o novo diretor”. Eu disse: “Não, não sei, mas tanto faz”. “O novo diretor é o professor Walter Mors”. O professor Walter Mors, era evidentemente um dos dirigentes e fundadores do NPPN. “Isso não vai pegar mal para você?” Eu disse: “Não”. “Eu falo com ele, ele vai ficar aborrecido com essa idéia e... você já não está bem lá no NPPN vai ficar pior...” Eu disse: “Não, eu quero que se dane, fala logo, porque aí decide logo esse negócio, aí eu vou para o Ministério ou se eu não for para o ministério, lá é que eu não fico”. Ele falou com o Walter e o Walter, contrário daquilo que estava esperando, viu a idéia com muito bons olhos. No dia seguinte falou comigo e disse que me receberia no IQA numa boa... quer dizer, IQA não, agora seria CTAA [Centro de Tecnologia Agrícola e Alimentar], e eu voltei. Voltei no dia 20 de abril de 66, feliz da vida e fiquei lá até 73. Não terminei a pós-graduação, também nunca me fez falta...

TF – Também nunca foi para a Bélgica.

NS – Também nunca fui para a Bélgica, nem por turismo (risos).

TF – Me diga o seguinte: a escolha de objeto de investigação, tanto no NPPN quanto no IQA, quanto no CT...

NS – No CTAA.

TF – ...CTAA, eram feitas como? Quem orientava o...

NS – Olha, no IQA, na fase inicial que eu participei, a coisa era investigação de plantas brasileiras. Então, tinha esse projeto com o Enaide, eu acredito que tenha sido iniciativa do professor Walter [Mors] do lado brasileiro e havia o grupo de Stanford. O grupo de Stanford ele tinha duas linhas, um trabalhava com alcalóides, que era o grupo do Ben Gilbert que estudava gênero aspidosperma e tinha um grupo que estudava substâncias neutras, esteróides (inaudível), esse era o grupo do Ben Tursch. O Barnes enquanto lá, também trabalhou com alcalóides, mas também trabalhava com outra família, ele trabalhava com herfobiáceas, gênero crotón. Então, acredito que esses projetos, eles foram determinados de comum acordo, interesse do pessoal do Stanford, interesse do pessoal nacional. No NPPN essas linhas permaneceram e, de volta já ao CTAA, aí a coisa já era colocada, realmente, em termos de investigação tecnológica, quer dizer, aquela briga toda inicial de: “não, quem faz pesquisa não vai fazer tecnologia, que isso é cozinha...” tinha mudado de figura. E ali houve um episódio interessante, porque houve uma reunião conjunta da Academia Brasileira de Ciências com a Academia de Ciências Americanas em 66, e nessa ocasião foi sugerido, nesse encontro, que o Brasil iniciasse experimento (inaudível) de produção de esteróides e esse foi um dos projetos levado para o IQA. Então foi nesse projeto que eu trabalhei, de 67 até 73, antes da minha saída. Isso foi uma coisa que veio desse encontro e foi criada a seção desses produtos dentro do IQA, a gente ia estudar os subprodutos da indústria do sisal e aí houve apoio do Fundo Federal Agropecuário, do Conselho Nacional de Pesquisas... Quer dizer, a coisa já começou a tomar um rumo mais ou menos parecido com as coisas que ocorrem hoje em dia, quer dizer, financiamento, houve um projeto específico. Eu

acho que no início da minha atividade, eu também não tive muito acesso, vamos dizer, a mecânica de como gerar dinheiro, de como fazer projeto, quer dizer, era muito raso na época, então tinha que cuidar da execução daquilo que o pessoal me orientava, me mandava fazer.

TF – (inaudível) ou o senhor via a instituição dessa maneira, quer dizer, essa relação com as fontes de financiamento.

NS – Não, acho que todo mundo que estava no meu nível de técnico, o pessoal estava desligado desses problemas, quer dizer, quem cuidava disso era o diretor, era o...

TF – Mas havia essa busca de financiamentos externos?

NS – Sim, porque o grupo do Stanford era um desses financiamentos, havia um outro financiamento da... desse Eway, professor (inaudível) Porto. Então esses dois projetos injetavam dinheiro no IQA, fora disso tinha o antigo Fundo Federal Agropecuário, tinha o Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária. Agora, eu realmente não sei como funcionava a mecânica de financiamento lá dentro. Quer dizer, havia o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], que na época era uma coisa muito mais acessível, muito mais assim, menor, mais aberta. Eu sei que houve uma grade expedição para a Amazônia feita em 62, logo quando eu ingressei no IQA. Eu não participei dela, mas praticamente todo o IQA, da área de produtos naturais participou, quer dizer, eu tinha chegado muito em cima e eu sei que nesta expedição muita gente contribuiu, o pessoal de Stanford, do CNPq, a APPA, que era a Associação de Plantadores e Produtores de...

TF – Foi em 62 ou 3 essa...

NS – Foi em 62, essa expedição. Então, quer dizer, torna a coleta de centenas de quilo de material, algum material ainda se perdeu porque não se conseguiu processar esse material todo depois da explosão do IQA, na realidade a área de produtos naturais diminuiu. Então muita coisa se perdeu, quer dizer, quando o CTAA passou para a EMBRAPA [Empresa Brasileira de Pesquisas Agrônomicas], então foi feita lá uma faxina e muita coisa que foi colhida naquela expedição se foram... 11 anos depois, foi jogado fora, uma pena! Mas, daquele material resultaram inúmeros trabalhos, principalmente no grupo do professor Otto Gotlieb, muitos trabalhos. Ele, o Mauro Magalhães...

TF – E quando o senhor retornou para o IQA, que grupo de atuação...

NS – Pois é. Eu retornei e a primeira incumbência que eu recebi foi de trabalhar diretamente a mando do dr. Walter em um problema que tinha sido iniciado e o técnico que cuidava da parte laboratorial saiu para fazer um curso fora do país e o trabalho ficou inacabado e ele me pediu que eu terminasse. Era identificar o princípio hipotensor da alface, que já havia uma suspeita que era o ácido gama aminobutílico que apenas faltava isolar uma amostra e caracterizar essa amostra quimicamente. Então...

TF – Hiper ou hipo? Hipertensor ou hipotensor?

NS – Princípio hipotensor. Então isso foi feito, logo em seguida o dr. Walter me chamou para ir com ele a Pernambuco ministrar lá um curso, que na época o pessoal da Universidade do Recife, como se chamava, hoje Universidade Federal de Pernambuco, estava fazendo um programa de pós-graduação diferente, em vez de mandar alunos para os cursos, traziam professores. Então o dr. Walter [Mors] ministrou um curso de compostos fenólicos e eu ajudava...

TF - Onde ficava?

NS - Era no Instituto de Química.

TF - Biológica.

NS - É, no Instituto de Química. E a minha função era ajudar nos trabalhos práticos e quando voltamos de Pernambuco, então veio a proposta de trabalhar com esteróides. Então o dr. Walter me incumbiu da execução desse projeto e foi onde eu trabalhei então, de 67 até 73.

TF – Mas aí, paralelo a esse trabalho do IQA, CTAA, do NPPN, o senhor também teve um trabalho com a universidade, o senhor entrou para a universidade para ensinar....

NS – Não, não, não nessa época. Entrei para a universidade em 70, entrei para a universidade em... quer dizer, fiz o concurso no início de 1970, no meio do ano mais ou menos e assumi em dezembro de 70. Então fazem agora quase 27 anos que eu estou aqui na UFF [Universidade Federal Fluminense]. Eu tinha um outro trabalho, eu era farmacêutico do Estado, era farmacêutico do Estado e eu conciliava as duas coisas. Comecei trabalhando...

TF – Farmacêutico hospitalar...

NS – É, eu comecei na Farmácia do Hospital Miguel Couto e permaneci lá algum tempo e depois eu fui mandando para o laboratório Estadual de Produtos Farmacêuticos. Quer dizer, isso coincidiu mais ou menos com a minha volta para o CTAA, então dava para conciliar as duas atividades.

TF – Hoje é o Vital Brazil... o laboratório?

NS – Não, não, é um laboratório que foi extinto na fusão dos dois Estados. Ele ficava ali nos fundos do Pedro Ernesto, com entrada pela Teodoro da Silva e a bem da verdade, era um laboratório muito bem organizado. Quer dizer, a gente estava suprindo aproximadamente 60% das necessidades da rede, só não fazíamos vacinas e antibióticos, mas a produção era de alto nível, com medicamento de qualidade a um custo muito barato. Nós tínhamos um custo calculado, inclusive foi calculado pelo pessoal da Fundação Getúlio Vargas, a nosso pedido; o nosso custo era, ficava 10% do custo do produto comercial. Então o antigo Estado da Guanabara lucrou muito com a atividade desse laboratório.

TF – O que se produzia ali?

NS – Se produzia toda a linha, se produzia a linha de soros, quer dizer, soro glicosado, soro fisiológico, solução Ringer, se produzia toda a linha de comprimidos, inclusive, toda a linha de

tuberculostáticos, (inaudível) e (inaudível), complexos vitamínicos, analgésicos, tinha uma linha de injetáveis, uma linha de líquidos orais e pomadas. Na realidade eu fazia, vamos dizer, 60% da relação de medicamentos essenciais, quer dizer, não se faziam antibióticos e não se faziam vacinas. O resto, o material da lista dos medicamentos essenciais da rede hospitalar.

TF – Fazia-se pesquisa no laboratório do Estado também?

NS – Não, não, não se fazia pesquisa, não se fazia pesquisa. O que se fazia era otimização de processo, se procurava melhorar as técnicas de produção farmacêutica, se adaptava o método de controle de qualidade, mas não codificaria isso como atividade de pesquisa, era mais uma atividade de fabricação de medicamentos.

TF – Ele foi extinto, teve alguma instituição...

NS – É, ele foi extinto, porque quando houve a fusão dos dois Estados, o antigo Estado do Rio de Janeiro tinha o Vital Brazil. O Vital Brazil era uma companhia mista e o laboratório do Estado da Guanabara era administração direta; então julgou-se na época que o Vital Brazil teria mais facilidades de administração do que um laboratório de estrutura administrativa direta do Estado. Então extinguíram o IQA e parte do acervo passou para o Vital Brazil, e uma parte está aqui na faculdade, é a nossa mesa de reunião (risos). Realmente uma peça única, que acho que dá para 20 pessoas, de madeira sólida. O professor Pereira que foi o último diretor do laboratório conseguiu salvar e trazer para cá a mesa e as cadeiras, que são realmente lindíssimas, até hoje está aqui na faculdade.

TF – O Vital Brazil acabou assumindo essa...

NS – O Vital Brazil, ele... bom, eu não sei como as coisas se passaram no Vital Brazil, eu não tenho nenhuma ligação com Vital Brazil, nunca tive. Mas as coisas não foram muito bem, porque aquela obrigação que o laboratório tinha de abastecer os hospitais do Estado, Vital Brazil não fazia, quer dizer, o Vital Brazil não abastecia, ele vendia para o Estado. É como com extinção do laboratório, eu fui obrigado a voltar para a Farmácia Hospitalar, dentro da farmácia eu senti, que a gente recebia cada vez menos produtos do Vital Brazil. Também a linha do Vital Brazil não era tão grande como a linha do Estado. Agora, quais foram as razões para isso, que determinou que o Vital Brazil fizesse uma ou outra coisa, aí eu já não sei.

TF – Aí saindo do laboratório, qual foi o seu caminho lá no Estado?

NS – Aí aconteceram várias coisas, eu saí um pouco antes do laboratório ser extinto. Em 70 eu tinha feito concurso para a universidade, era professor assistente do antigo Departamento de Química, do Instituto de Química da UFF, e era professor noturno. Durante o dia eu dava o expediente no CTAA, imunoterapêutico e a noite então eu dava as minhas aulas. Eu espero que esse depoimento não vá para o Ministério de Administração e Reforma do Estado, porque eu estava cometendo aquilo que é qualificado como acumulação ilícita, se bem que eu tinha o argumento que estava acumulando realmente dois cargos, acumulava meu cargo de professor com o cargo de farmacêutico do Estado. Como no CTAA, no Instituto de Química Agrícola a gente não tinha vínculo, então aquilo não era emprego, então aquilo não existia. Se eu não existia como funcionário e empregado para o Estado, o Estado como empregador também não existia. Então não configurava acumulação ilícita. Bom, seria

mais um caso para discutir na justiça e... quer dizer, a situação persistiu até 73. Em 73, o dr. Walter Mors me disse que estava deixando a direção do CTAA, que ele pretendia assumir então dedicação exclusiva dentro da universidade, e na mesma oportunidade ele me fez uma oferta, ele perguntou se eu não gostaria de desenvolver pesquisa numa indústria. Eu pedi um prazo para pensar, depois pensei, pesei os prós e os contras e disse que eu gostaria de experimentar sim. Então eu acabei assumindo um compromisso com a Merck, a Merck alemã, daí resultou que eu passei a dar expediente integral dentro da Merck. Eu pedi demissão do CTAA, continuei sendo professor noturno e para conservar o meu emprego no Estado eu pedi transferência para Farmácia Hospitalar e fiquei sendo plantonista de Farmácia de fim de semana, dava plantão ou Sábado ou Domingo. Fiquei no Carlos Chagas de onde me aposentei, graças a Deus, em 93.

TF – Mas olha só, dentro da universidade o senhor fez... o senhor entrou na UFF e fez uma carreira de professor assistente, professor adjunto, titular. Mas o senhor também fez concurso, não sei se chegou a exercer, para Juiz de Fora.

NS – Fiz, fiz concurso para Juiz de Fora e a minha dúvida na época era ficar na UFF ou ir para Juiz de Fora. Porque em Juiz de Fora tinha feito concurso para adjunto, eu tinha feito todo o trâmite para tomar posse, até que o diretor do Instituto de Química aqui da Fluminense, na época me perguntou se eu realmente estava pensando de ir embora, eu disse que sim. Ele perguntou por quê. Eu disse: “não, questão de carreira, enfim, eu acho preferível tentar Juiz de Fora, afinal de contas vou ficar com cargo de adjunto e o professor regente da disciplina era um professor que veio da reforma da faculdade, da disciplina de Orgânica e Biológica, sendo que ele é responsável pela parte de Química Biológica. Então ele tinha dito para mim que, se eu fosse trabalhar em Juiz de Fora ele me entregaria a disciplina de Orgânica para eu mexer no curso e mudar o curso da maneira como me parecesse conveniente, ele me apoiaria porque não era a área dele. Então de início uma boa oportunidade de querer sair por isso. E o que a Neli falou: “não, não saia, não saia porque eu vou te dar um horário de 24 horas” ... Na época tinha vários regimes na universidade, era 12 e 24, 40 e 40 com DE. Então o regime mais procurado era o de 24 horas, porque ganhava-se o dobro das doze e fazia-se praticamente a mesma coisa. Então ele realmente correu atrás e me conseguiu esse regime de 24 horas e aí, por problemas econômicos, eu preferi ficar no Rio. Então não tomei posse em Juiz de Fora, quer dizer, sou concursado lá e...

TF – Não chegou nem a trabalhar lá?

NS – Não cheguei a trabalhar. Devo ter frustrado as expectativas lá do professor que esperava me receber lá no departamento, mas não deu.

TF – O senhor entrou no Instituto de Química aqui na UFF.

NS – Entrei.

TF – E como é que foi essa passagem para a Farmácia?

NS – Não, isso... bom, toda a minha vida funcionária foi muito confusa. Quer dizer, eu fiquei no Instituto de Química, eu era professor noturno, eu dava aula a noite, porque o Instituto de Química funcionava com 3 expedientes, até que por volta de final de 82 eu comecei a sentir que as coisas na

Merck não iam continuar, que a Divisão de Pesquisas seria fechada, que eu então me veria sem emprego na indústria. Então já prevendo isso, pedi passagem para o regime de 40 horas na universidade. “Bom, o dia que me botarem para fora eu me seguro dentro da universidade”. E o regime de 40 horas na época era concedido com uma certa dificuldade, havia poucas vagas, etc., e aconteceu que uma professora na Faculdade de Farmácia, a professora antiga estava para se aposentar e me pediu para eu assumir a disciplina dela e eu falei: “Ok, eu assumo, não tem problema nenhum; me ajuda então a conseguir as minhas 40 horas”. E foi o que aconteceu, através de intervenção do diretor da faculdade, que era na época, professor Salvador Pereira, quer dizer, com o pedido dele, com a alegação de que eu assumiria uma disciplina dentro da Faculdade de Farmácia com a aposentadoria de uma professora, eles me deram as 40 horas e poucos dias depois, realmente, eu saí da Merck. Então continuei com as minhas obrigações na Química, com as minhas turmas na Química e com a disciplina de Química Farmacêutica aqui na faculdade. Então, fiquei nessa situação durante dois anos, o ano de 83, o ano de 84. Em 85 fui eleito o chefe do Departamento na Química, então deixei as minhas atividades aqui na faculdade. Voltei para a Química, terminei o meu mandato em 87 e nessa ocasião fui convidado para trabalhar na UNICAMP [Universidade de Campinas]. A UNICAMP estava acabando de adquirir instalações de um Centro de Pesquisas de uma indústria multinacional e nesse Centro de Pesquisas pretendia montar uma área de produtos naturais. Como seria uma pesquisa voltada mais para processos tecnológicos e trabalho em contato com empresas, acharam que eu poderia ajudar a montar essa área. A UFF então me cedeu para a UNICAMP, eu fui lá passar 3 meses, acabei ficando 9 anos....

Fita 2 – Lado A

TF – Entrevista com o professor Nikolai Sharapin, dia 6 de agosto de 1997, pelo Projeto: “Plantas Medicinais”, na Casa de Oswaldo Cruz. Fita nº 2.

NS – Bom, aí então nesses 9 anos teve várias, vários problemas administrativos, quer dizer, uma hora a Química me pediu que eu voltasse, alegando falta de professores, com a falta de professores, impossibilidade de contratação, não podia manter um professor fora do Instituto. Então voltei, fiquei dois semestres na ponte aérea indo e vindo de Campinas; eu vinha, dava as aulas e voltava para Campinas. Mas, obviamente, era uma situação que não... é muito difícil, até por questões de distância. Então eu tentei com o reitor da época de encontrar uma solução para que ele contratasse alguém para a Química e me liberasse de novo, eu não queria deixar a UNICAMP. Quer dizer, a outra tentativa foi que a UNICAMP me assumisse por transferência, mas aí o problema foi aqui e não lá; lá eles me assumiam, mas aqui não podia haver transferência de uma Federal para uma Estadual, poderia ser de Federal para Federal. Bom, o fato é que o reitor achou uma maneira, ele achou que ele dando uma vaga que havia na Faculdade de Farmácia para o Instituto de Química poderia me lotar na Faculdade de Farmácia, e ele fez isso, isso foi em 89, 90. Então acabei sendo transferido da Química para Farmácia. E então comecei a trabalhar aqui, quer dizer, voltei para cá, mas não mais para a disciplina de Química Farmacêutica e sim para o Departamento de Tecnologia Farmacêutica. Fiquei um ano sem estar ligado a nenhuma atividade didática, depois eu fui mandado para a disciplina de Química Industrial Farmacêutica, onde eu estou até hoje, e continuei também indo e vindo para a UNICAMP até o final de 95. No final de 95 a gente resolveu fundar aqui um grupo de estudos de Produtos Naturais e então fui me desligando gradativamente da UNICAMP para assumir aqui.

TF – E na UNICAMP, eu queria que o senhor falasse um pouco da UNICAMP. Como é que foi esse trabalho na UNICAMP?

NS – Olha, a iniciativa da UNICAMP foi uma das coisas mais espetaculares que eu vi até hoje. Aquela idéia de 20 anos atrás de que pesquisa é pesquisa acadêmica, ela pouco a pouco foi sendo trabalhada; então aqueles que faziam pesquisa tecnológica foi deixando de ser considerados cozinheiros ou pesquisadores de segunda e passaram a ganhar também atenção da comunidade. Então a proposta da UNICAMP foi de trabalhar com empresas, desenvolver projetos de interesse das empresas, trabalhar principalmente na geração de processos de produção de controle de qualidade.

TF – Que empresas? De alimentos?

NS – Não, empresas farmacêuticas, de alimentos, enfim, qualquer empresa que tivesse interesse, quer dizer, no meu caso, na área de produtos naturais. Havia outras áreas do centro, área de agrotecnologia, área de química de síntese.

TF – Era um Centro...

NS – “Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas”. A gente brincava lá dizendo com um nome tão cumprido só faltava o etc., mas a gente fazia também o etc. Nós tínhamos uma área de ensaio farmacológica muito boa, então todos esses conjuntos a gente trabalhava, problemas relacionados a geração de processos. Nós tivemos alguns trabalhos muito interessantes dentro da UNICAMP, quer dizer, fomos nós que começamos a trabalhar com artemisiano, na aclimação da planta, em processo de isolamento, da artemisinina, processo de transformação da artemisinina e derivados, transformação do ácido artemisínico em artemisinina. E o interessante lá na UNICAMP é que esse trabalho era realmente muito disciplinado, quer dizer, quando se assumia um projeto, o projeto era assumido pelo centro ou então envolvia todas as áreas, a agrotecnologia que fazia o cultivo, a fitoquímica que cuidava da extração, a síntese que fazia a transformação da molécula natural em derivados sintéticos, o pessoal de ensaios farmacológicos que testava a atividade biológica do produto. Então como idéia, realmente, é uma coisa formidável.

TF – E aí vocês davam aula também?

NS – Não, não, na UNICAMP a gente estava sem obrigação de aula. O que nós fazíamos era receber estagiários, quer dizer, estagiários eu recebia muito o pessoal concluinte do curso de Farmácia da PUC, a UNICAMP não tem Faculdade de Farmácia, o pessoal da PUC tinha obrigação de fazer 6 meses...

TF – Tem Química na UNICAMP?

NS – Química tem, Química tem. Recebíamos estudantes de cursos técnicos, (inaudível), e recebíamos também gente que fazia parte das suas teses dentro das instalações do CPQBA, teses de mestrados, teses de doutorados, envolvidos dentro da própria UNICAMP. Então a gente sempre tinha contato com os alunos, mas não tinha a obrigação formal de dar aula.

TF – O senhor fez isso na PUC.

NS – Mas eu dei aula na PUC (risos).

TF – E como é que foi essa relação UNICAMP/PUC e ...

NS – Não, a relação UNICAMP/PUC era tranqüila, quer dizer, a UNICAMP simplesmente ignorava essa atividade na PUC e ela se beneficiava porque...

TF – Como ignorava?

NS – Não, a UNICAMP não tomava conhecimento, quer dizer, eu fazia isso fora da minha hora de expediente...

TF – Como é que era a relação... a relação institucional PUC com UNICAMP, havia uma troca, recebia estagiários...

NS – Recebia estagiários, mas isso era mais, vamos dizer, uma iniciativa pessoal. As duas instituições agora, até onde eu sei, elas têm um programa de iniciativas em comum, mas na época eram um pouco afastadas.

TF – E o quê que a PUC fazia? Tinha laboratório de pesquisa, era só aula...

NS – Não, a PUC não fazia nada, na época a PUC não fazia absolutamente nada em termos de pesquisa. Mas havia lá uma idéia de que alguém, eventualmente, estaria ou poderia estar fazendo pesquisa, mas professor da PUC é professor taxímetro, ele é pago por hora/aula, então não fica 5 minutos além do tempo devido e eu não sou exceção. Durante muito tempo eu achei que a Faculdade de Farmácia da PUC tinha dois professores, porque eu dava aula no sábado, então alternava com o professor de Tecnologia Farmacêutica, enquanto eu estava no laboratório, ele estava na sala de aula, na parte da tarde eu descia e ele subia, então só conhecia o professor José Bertusi, para mim a faculdade era só nós dois. A sistemática de trabalho da PUC não era nada boa. Nunca consegui encontrar algum colega para discutir problemas entre disciplinas ou propor uma iniciativa comum, eu só encontrava colega na hora da aula dele. Esse relacionamento para quem vem de uma universidade pública, que está acostumado a ver gente em D.E, é muito estranho, muito estranho. Depois, uma mentalidade extremamente mercantilista.

TF – E a formação dos alunos no meio dessa dispersão?

NS – Olha, como um curso de Farmácia, voltado para Farmácia de dispensação, para a área de Saúde Pública era boa. O forte da PUC na área de Farmácia era a farmacologia, a química era péssima, acho que continua sendo péssima até hoje. Agora, mas o curso de indústria da PUC, curso de Farmácia Industrial, deixava muito a desejar porque não tinha um laboratório para o pessoal praticar e as práticas de tecnologia eram de quadro negro e giz. Então, realmente, para formar farmacêuticos para indústria acho que a PUC estava falhando no objetivo. Mas formar farmacêutico para a área de Saúde Pública ela preenchia as condições. O pessoal que ia para Farmácia de dispensação, Farmácia pública, área de análises clínicas, a coisa funcionava muito bem, porque aí tinha o hospital da PUC, tinha

laboratório de análise, então o treinamento que os alunos recebiam nessa área era muito bom.

TF – Dermatológico também não tinha porque estava vinculado com a área tecnológica que não existia.

NS – Também, também.

Data: 08/09/1997

Fita 3 – Lado A

TF – Entrevista com o professor Nikolai Sharapin, dia 8 de setembro de 1997. Fita número 3.

TF - Professor, nós gostaríamos que o senhor retomasse a sua infância na China. Nós gostaríamos que o senhor falasse dos seus avós, da migração, enfim, que o senhor fosse nos narrando essa infância em um país que não é o país de origem da família.

NS – Bom, na realidade, isso vai muito longe porque a presença de russos na China ela começou no início do século. O governo imperial russo havia arrendado uma faixa de terra para fazer uma estrada de ferro que daria um corte na Transiberiana, economizaria acho que um ou dois dias de viagem, uma coisa desse tipo.

TF – O corte seria uma transversal?

NS – É, era um atalho, quer dizer, seria uma estrada de ferro alternativa, porque a fronteira da China com a Rússia, ela segue mais ou menos o sentido Oeste, Leste e depois ela sobe para o Norte e depois ela desce para o Sul até chegar a Vladivostock. Então, um caminho que se percorre é um caminho um tanto complexo, quer dizer, você vai em direção Leste, depois você vai Norte, depois você vai para o Sul e essa estrada alternativa, ela cortaria a Manchover, que é a região da China onde eu nasci e permitiria abreviar o tempo de viagem, também o governo russo tinha alguns interesses econômicos na China, na Coreia. Então eu acho que a junção de dois interesses é que levou a construção dessa estrada.

TF – Então ela sairia da Rússia e chegaria na Rússia de novo.

NS – Sairia da Rússia e chegaria na Rússia, só que ela cortaria o território chinês. Foi feito acordo, o acordo daquela época, mais o negócio da China, o terreno arrendado por 99 anos, coisas desse tipo. Evidentemente vieram muitos russos para construir, para operar essa estrada de terra. De forma que foi assim que vieram os meus avós.

TF – Em que ano que isso foi?

NS – Isso foi em 1902 ou 1903. Então a minha avó paterna ela era professora, professora primária, foi lá para ensinar as crianças, filhos de russos que trabalhavam na estrada. Casou-se lá com um, meu avô que era telegrafista, também trabalhava na estrada. O meu outro avô, ele era contador, contador, então também exercia atividades ligadas a contabilidade; ele nunca trabalhou para a estrada de ferro, mas exercia uma atividade junto a...

TF – Mas ele foi por conta da obra...

NS – Tudo por conta da obra da estrada de ferro. Então essa foi a primeira leva de russos que chegou

na China.

TF– Formava-se na realidade uma comunidade russa...

NS – Havia uma comunidade russa, e bastante grande na época, mas essa comunidade cresceu muito depois, por ocasião da revolução russa em 17, porque houve a guerra civil na Rússia. Então os anti-revolucionários, digamos assim, os brancos, como eles eram chamados, para distinguir dos revolucionários que eram chamados de vermelhos, os brancos foram perdendo a guerra e foram recuando, recuando, recuando, até que muitos deles saíram para a China ou para a Mongólia. Então o núcleo de russos lá na China acabou crescendo muito, então essa foi a segunda emigração, e essa foi a que provavelmente trouxe maior número de russos para a China. Então a minha cidade, cidade de Harbin, ela era o centro, era o principal entroncamento ferroviário na região, elas cruzavam duas estradas de ferro, essa que eu acabei de falar, que chamava estrada de ferro Leste da China e uma outra que se chamava estrada de ferro Sul da China. Essa eu não me lembro qual a história dela, alguém construiu e construiu posteriormente.

TF – Ela ficou pronta quando, essa do Leste?

NS - Hein?

TF - A do Leste ficou pronta quando?

NS – Ah, não tenho idéia, mas qualquer coisa de década de... primeira, segunda década do século. Então, quer dizer, havia essa comunidade, havia uma influência russa muito grande, não sei quantos mil russos moravam ali naquela cidade, talvez 30, 40 mil...

TF – Então seus pais nasceram nessa...

NS – Meus pais nasceram na China, nasceram antes da chegada da segunda emigração. Meu pai é de 1908, minha mãe é de 1915. Então eles nasceram lá e lá viveram até vir para o Brasil.

TF – Sim, mas aí até eles virem para o Brasil o senhor nasceu... Como era a relação, quer dizer, era uma comunidade de russos em um país que tem uma força cultural completamente diferente, uma relação cultural completamente diferente da Rússia. Quer dizer, vocês tinham relação com os chineses... ou ficava... Como é que era essa...

NS – Tínhamos, tínhamos... Olha, a coexistência, a relação era muito boa, era muito pacífica, quer dizer, não havia nenhuma animosidade de uns contra outros, pelo menos que eu me lembre, pelos relatos dos meus pais também. Quer dizer, os russos aprendiam a falar chinês, os chineses aprendiam a falar russo, quem não sabia falar bem, falava uma gíria lá própria do local que dava para se entender, enfim, a convivência era muito pacífica.

TF – Os colégios eram juntos?

NS – Havia colégios russos e havia colégios chineses, é óbvio que os russos preferiam estudar em colégios russos, até por questão de problema de escrita, porque falar chinês muita gente falava chinês,

mas escrever chinês, pouquíssimas pessoas sabiam ou pelo menos pouquíssimas pessoas sabiam fazer isso corretamente. Quer dizer, a gente podia entender um anúncio, podia entender um aviso, assim coisa rápida, loja disso, loja daquilo, mas ler chinês, realmente era um problema, depois nas escolas russas se ensinavam o chinês. E, na realidade, a coisa era pacífica porque nós tínhamos um inimigo comum. O inimigo comum aí eram os japoneses que invadiram Manchover aí por volta de 1932 e impuseram lá um regime feroz, quer dizer, aí sofria todo mundo, sofria o russo, sofria o chinês, muito mais o chinês do que o russo, porque como o Japão não tinha um relacionamento muito amistoso com a Rússia, eles achavam que o russo por estar fora da Rússia era o inimigo natural do regime do país. Então esses ainda sofreram menos, mas os chineses sofreram muito. Então essa presença japonesa ali era muito opressora, eles criaram lá um país fantoche, chamaram aquilo de Manjugô, lembra da história do Último Imperador, e essa situação persistiu até 45 quando os russos então, por força dos acordos de *Yeu*, invadiram a China e derrotaram os japoneses em poucos dias. Então a cidade ficou sob ocupação russa por... acho que uns 8 meses mais ou menos, aí depois os russos se retiraram e já deixaram no local um governo chinês, mas de orientação comunista e aí começou a guerra civil na China. Quer dizer, aquela parte onde eu estava, o Norte da China, estava na mão dos comunistas e os nacionalistas, eles dominavam a maior parte da China. No início a situação ficou difícil para o governo comunista, quer dizer, em 47 a gente chegava ouvir o troar dos canhões, quer dizer, batalhas... já havia chegado perto da minha cidade, o governo já tinha saído da cidade, já prevendo uma possível retirada, derrota. Mas, aí a situação se inverteu, os nacionalistas começaram a ser derrotados e em dois anos foram expulsos do continente, quando então em 49 foi transformada a República Popular da China. Então foram uns anos bastante conturbado, não é?

TF - Sim, e aí...

NS - Era um país estranho, ocupado por outra gente mais estranha ainda, depois uma guerra civil. As condições de vida eram bastante difíceis.

TF – Mas era difícil em termos de organização social ou...

NS – Não, era difícil em termos de sobrevivência, sobrevivência, porque em um país em guerra falta tudo. Quer dizer, os japoneses dominavam a área, estavam em guerra, então isso tinha reflexos na economia toda, quer dizer, padrão de vida muito difícil, muito sacrificada. Obviamente depois, com a guerra civil chinesa a situação continuou difícil e as coisas começaram a melhorar quando se instalou um governo definitivo. Também tinha outras prioridades, não cuidar dos russos abandonados na China (risos).

TF – Aí vocês também não podiam voltar para a Rússia?

NS – Não, esse era um dos problemas.

TF - Pois é.

NS - Quer dizer, aí tinha um problema também de cidadania. Pelas leis russas, até a terceira geração de pessoas nascidas fora do país, desde que de avós russos, eles teriam direito a nacionalidade russa. Então, teoricamente, todo mundo tinha direito a nacionalidade russa ou no caso depois soviética. É óbvio que no tempo dos japoneses isso era impossível. Então, quem tinha cidadania soviética, que

Ihe foi tirado, os passaportes confiscados, todo mundo passou a ser apátrida. Quando então a situação se normalizou depois da guerra, abriu-se um consulado da União Soviética e a União então concedeu a cidadania a todos aqueles que provavam sua origem russa, mas já eram considerados cidadãos de segunda classe, inclusive o passaporte que foi fornecido, não era um passaporte idêntico aquele que um soviético legítimo usaria para viajar. Daí então que...

(Interrupção da gravação)

NS – Bom, estava falando do problema da cidadania, não é?

TF - É.

NS - Então aconteceu que com esse passaporte de segunda classe, obviamente, a entrada na Rússia era proibida. Quer dizer, foi perguntado lá naquela ocasião quem gostaria de voltar, acho que a grande maioria disse que sim, o meu pai foi um deles. Aí isso tudo ficou engavetado, quer dizer, jamais essas pessoas tiveram chance de voltar a Rússia, pelo menos enquanto Stalin era vivo, disse que era ordem pessoal dele, disse: “não quero aqui russo da China que é tudo antirrevolucionário, imprestável e vai ser um foco de agitação”. Bom, só sei que para o governo chinês aquele enclave também era um problema, então de alguma maneira tinha que solucionar o problema, ou nacionalizava o pessoal ou deixava aquele pessoal ir embora. Eles então optaram por abrir as porteiras, disse: “olha, quem quiser ir embora pode sair”. Então todo mundo tratou de...

TF – Isso na China?

NS – Isso na China.

TF – O senhor tem idéia do quantitativo dessa população?

NS – É difícil, isso foi já no início dos anos 50, então tinha lá meus 11, 12 anos, não me lembro, mas acredito eu que deve ter saído uma grande parte, talvez uns 20 a 30% dos que moravam lá na região Norte da China conseguiram sair. O alvo maior era a Austrália, um país onde se incentivava a imigração e onde se falava inglês, então todo mundo procurou então achar um contato para tentar uma saída para a Austrália. E nesse meio tempo, não sei, acho que já mencionei isso na entrevista anterior, os meus pais receberam uma carta do Brasil de uma tia da minha mãe, que dizia que escrevia aquela carta porque não sabia se a carta chegaria ou não, se a gente estava vivo ou morto, ela morava no Sul da China anteriormente, dizia que estava no Brasil e queria estabelecer contato. O contato foi estabelecido, ela sugeria que o pessoal viesse para o Brasil, e depois de uma breve discussão a minha mãe acabou ganhando, meu pai queria ir para a Austrália, e acabamos parando aqui no Rio de Janeiro em 28 de março de 53, depois de dois meses em um navio de terceira classe. Experiência também não muito, não das melhores.

TF – Vocês tinham família montada na China, com os avós, tios...

NS – Não, não, a família eram cinco pessoas que estavam na China, eram meus pais, eu, o meu avô materno e minha avó paterna, esses eram os sobreviventes. Então os cinco que vieram para o Brasil.

TF – Sobreviventes porque os outros haviam falecido na...

NS – É, os outros tinham falecido...

TF – Na China mesmo?

NS – Na China.

TF – Todos foram migrados? Todos migraram para a China...

NS – É, todos que estavam lá, quer dizer, meu pai é filho único. A minha mãe tinha uma irmã, essa irmã voltou para a Rússia nos anos 30, eu não a conheci, foi antes de eu nascer, não sabemos que fim levou. Depois com a guerra todo o contato se interrompeu, não sei que condições ela voltou para a Rússia. Eu sei que ela casou e voltou e... quer dizer, voltou, ela foi, primeira viagem única dela; não sei em que condições isso se deu, os casos eram muito raros, pouquíssimas pessoas voltavam para a Rússia. Então não sei dizer nada a respeito dela, quer dizer, seria a única pessoa ligada a família cujo o destino eu não conheço.

TF – Os seus avós faleceram na China ou chegaram...

NS – Meus avós faleceram na China, quer dizer, os dois que vieram, faleceram no Brasil, os que ficaram lá, ficaram por lá mesmo.

TF – Você tem irmãos?

NS – Não, sou filho único.

TF – Bom, aí chegando no Brasil, se estabeleceram... Você tem alguma pergunta? ... se estabeleceram no Rio de Janeiro e o senhor tinha me dito que... Como é que foi esse aprendizado da língua portuguesa? É difícil aprender português.

NS – Olha, quando se tem 13 anos é fácil. Tudo é...

TF – E seus pais, tiveram dificuldade?

NS – Meus pais tiveram mais dificuldade, óbvio; a minha avó, ela viveu muitos anos no Brasil, faleceu com 94 anos, essa nunca chegou a falar português direito, mas quanto mais novo a gente é, mais fácil é esse aprendizado. Então em pouco tempo eu já estava me virando.

TF – Mas aqui o senhor tinha professores da língua ou o senhor foi aprendendo...

NS – Não, o professor era o dia-a-dia. Não sei se eu mencionei na primeira vez, não me lembro, mas a chegada aqui ela foi bastante difícil, porque o governo chinês, embora permitisse a saída das pessoas, ela restringia a saída de valores. Então cada um poderia sair levando 30 dólares, só! E dez gramas em ouro, em objetos de ouro, jóias ou ouro mesmo, mas era 10 gramas de ouro e 30 dólares, o resto ficava, fora objeto de uso pessoal. Então é claro, os poucos dólares foram consumidos na

viagem, quer dizer, eu, na época, não fumava, mas meus pais eram fumantes, então eles fumaram os 30 dólares de cada um muito rapidamente (risos). E... é que a situação ficou difícil, tinha que sobreviver. A tia da minha mãe que tinha feito a carta de chamada, se limitou a fazer a carta de chamada, poucos meses depois ela recebeu o visto de emigração americana e foi para os Estados Unidos. Então a gente ficou mais ou menos entregue a própria sorte, precisamos arrumar emprego, todo mundo tinha que trabalhar. Eu trabalhei na Companhia de Terraplanagem, sem carteira assinada, óbvio, mas como tinha físico de gente de mais idade, então me deram uma enxada na mão e me mandaram capinar terreno, e fui embora.

TF – E seu pai veio para cá fazendo...

NS – O meu pai, ele conseguiu arranjar um emprego de topógrafo, foi a melhor coisa que ele conseguiu no início. A minha mãe conseguiu um emprego na Standard Eletric, na Contabilidade, que ela era contabilista e a minha avó foi costurar num atelier de alta costura. Então assim a gente conseguiu sobreviver os primeiros meses, depois as coisas começaram a melhorar, quer dizer, o meu pai deixou o emprego de topógrafo, foi trabalhar como engenheiro em uma empresa, a minha mãe continuou na Standard Eletric, fez carreira lá dentro, a minha avó largou o atelier, porque já tinha uma idade mais avançada, então aquilo estava começando a pesar, e eu permaneci nessa empresa de terraplanagem até fazer um pé de meia e conseguir voltar ao estudo. O problema era justamente validar os meus estudos feito na China. Então acho que eu mencionei isso também.

TF - É, mencionou. Aí o senhor entrou para o Pedro II.

NS - Fiz exame de adaptação no Pedro II e enquanto isso, me consideraram 3 anos apenas, o ginásio lá era feito em 3 anos e aqui em 4, então me obrigaram a fazer prova correspondente a 3 anos de ginásio, não me consideraram o ginásio completo.

TF – Mas o senhor tinha um desnível de idade, nessas alturas, o senhor estava com mais idade do que uma criança normalmente que entra no ginásio.

NS – Não, não estava. Eu perdi um ano e como o curso lá, quer dizer, aqui considerando 4 anos de primário e 4 de ginásio, seriam 8, lá eu fiz isso em 7. Então estava mais ou menos enquadrado na média do pessoal. O pessoal do colégio São Bento foi muito legal, me matricularam condicionalmente para eu não perder o ano. Então quando chegaram os resultados do Pedro II, já estava praticamente fechando o ano, então não perdi mais um ano.

TF – Como é que era a prova de português, se o senhor tinha um conhecimento mais...

NS – Eu tinha que aprender as “duras penas”, estudava sozinho, pegava aula, de vez em quando pedia alguém para explicar, e dentro do São Bento o ensino era muito bom, o ensino realmente era muito bom. O professor de Português que nós tínhamos era uma pessoa que dava uma atenção excepcional aos alunos, agora me foge o sobrenome dele, o primeiro nome era Moacir, apelido “pato rouco”, mas ele era um excelente professor, ele me dava uma atenção maior, justamente pelo fato de eu ser estrangeiro. O que eu me lembro ali era um certo desnível, quer dizer, eu estava lá praticamente matriculado de favor, não era um colégio que eu teria condições de frequentar normalmente, e o pessoal era, digamos assim, da alta roda, basta dizer que na minha turma, um pouco depois, entrou

um segundo estrangeiro, era um Orleans e Bragança, criado na Áustria e que falava um português na época igual ou pior do que o meu. Então tinha assim um certo desconforto da minha parte, não sei se o pessoal ligava para isso ou não, mas da minha parte havia um certo desconforto, que eu achava que não estava em um lugar que era meu, eu estava ali meio de intruso. Mas terminou aquele ano, eu consegui o meu diploma de ginásio, eu fui “tocar” a minha vida.

TF – Aí foi para o Pedro II e fez científico no Pedro II?

NS – Não, eu só fiz exame de adaptação, que era a única escola oficial onde o estrangeiro...

TF – O que é exame de adaptação?

NS - Hein?

TF - O que é exame de adaptação? Não tem mais isso.

NS – É o seguinte, na época a administração dizia o seguinte: quem faz um curso fora do Brasil, ele tem que requerer revalidação do diploma junto ao Ministério da Educação. Bom, então depois de examinado lá a vida pregressa, o currículo, a matéria, o Ministério decidia quais eram as disciplinas que a pessoa tinha que prestar um exame.

TF - Um instantinho...(inaudível).

(Interrupção da gravação)

NS - Não é exatamente um lugar onde se consegue privacidade. Mas tudo bem. Então, depois de examinar lá os meus papéis eles chegaram a conclusão que eu tinha que fazer prova de adaptação, de Português, História do Brasil e Geografia do Brasil e Latim, que eram disciplina que eu não tinha estudado na China, óbvio. Então esses exames eram feitos no Colégio Pedro II, que era o colégio do Ministério da Educação...

TF – Mas o senhor não cursou o Pedro II?

NS – Não, nunca cursei o Colégio Pedro II, só fiz esses exames. Eu fiz os exames e depois eu baixei de nível, fui para o Pedro I (risos), que era um colégio “caça níquel” lá na zona da Leopoldina.

TF – O senhor morava aonde?

NS – Eu morava em Vicente de Carvalho. Então a partir daí as coisas foram se acertando.

TF – No Pedro I então o senhor fez o científico?

NS – Não, eu fiz um ano de científico em cada colégio. De início fui para um colégio chamado Colégio São Fabiano, na Penha Circular. Era um colégio de muito bom nível e o curso noturno (inaudível) reunir uma série de professores que estavam lecionando lá talvez até por serem novos na carreira e ser próximo a residência, mas era uma gente de muito bom nível. Foi um primeiro ano

realmente muito bem feito, um curso muito bom, mas havia poucos alunos e não dava lucro. Então o diretor fechou o curso noturno, aí eu fui para o Pedro I. Aí o Pedro I era um tremendo “caça níqueis”, colégio muito ruim, tinha um ou dois professores muito bons, o resto acho que trabalhava meio revoltado, então não me senti bem ali, então resolvi fazer o terceiro ano em outra escola. Aí fiz no Cardeal Leme, então terminei no Cardeal Leme. O Cardeal Leme era meio termo, se não era dos melhores também não era dos piores aí da zona da Leopoldina. Então acabei fazendo 3 anos em 3 escolas diferentes.

TF – Certo, e aí foi para a Faculdade de Farmácia.

NS – Aí fui para a Faculdade de Farmácia, fiz vestibular, passei, passei bem, fui segundo colocado, aí comecei a cursar.

TF – Eu acho que sobre a faculdade o professor falou bastante, não é Lina? Nós poderíamos pular agora para o IQA, ficou algumas lacunas no IQA. O senhor entrou no IQA, em 62.

NS - Em 62, exato.

TF - E foi exatamente em 62 que ocorreram mudanças nos IQA.

NS – 63.

TF – 63?

NR - Então foi em 62, outubro de 62.

NS – Bom, é, final de ano, correto. Quer dizer, a gente sentiu o peso em 63.

TF – Que peso foi esse? Como é que foi? Queria que o senhor falasse um pouco mais sobre essa mudança. O senhor era bolsista... o senhor era assistente técnico?

NS – Era assistente técnico de um convênio de pesquisa.

TF – Isso é bolsista ou é...

NS – Não, eu era pago pela verba do convênio, quer dizer, esse convênio foi firmado entre o IQA e o...

TF – Pesquisador auxiliar hoje, seria isso?

NS – Talvez, seria o degrau mais baixo, digamos, eu era recém formado, então, obviamente, não podia ser mais do que isso. Então havia sido feito esse convênio, esse convênio tinha uma verba para pagamento de pessoal envolvido no trabalho...

TF – Esse convênio era com quem? Quem financiava?

NS – Com o “National Institute of Health” nos Estados Unidos e eu era pago por verba deste convênio. Quer dizer, houve um episódio que... uma lei do João Goulart mandou enquadrar todo mundo que estivesse prestando serviços a qualquer instituição federal, e na ocasião eu achei que eu estava enquadrado, mas o nosso diretor entendeu que não. Então duas pessoas deixaram de ser enquadradas, fui eu e um... hoje, professor aposentado, Luiz Gonzaga.

TF – Isso já era em que ano?

NS – Isso foi em 62. Essa lei do Jango saiu poucos meses depois de eu ter ingressado. Inclusive que o diretor alegou, “você entrou no serviço público ontem, então se você vai virar funcionário público você vai viciar”. Na ocasião eu era muito desafortado, disse meia dúzia de besteiras para ele; até hoje continuo achando que eu tinha razão e ele não, mas o negócio já passou. Aí, como é que a gente sentiu que as coisas não estavam bem? Quer dizer, em primeiro lugar, extinção da Instituição onde a gente trabalha. O que virá depois? Depois começou a “boataria”: aqui vai ser feito uma, haverá uma divisão de tecnologia, aí nós não vamos mais fazer pesquisa, aí essa atividade já não será mais tolerada, nós vamos ter que fazer alguma outra coisa. E, vamos dizer, os líderes das pesquisas, as pessoas de pró, os pesquisadores mais... que realmente eram responsáveis por esse programa começaram a procurar alternativas. Para onde é que nós vamos? Então foram examinadas várias alternativas, a PUC do Rio, a Universidade de Brasília, a Universidade Rural, sei lá, o Jokey Club (risos); tentaram de tudo. Embora a gente não participasse desses entendimentos, mas isso tudo deixava a gente muito apreensivo. Me lembro que o Dr. Walter Mors, um dia chamou a mim e a um outro colega que trabalhava no programa e foi fazendo essas considerações, perguntando se a gente iria para outra cidade se fosse uma decisão. Mas então gerou uma grande intranqüilidade, uma grande instabilidade. Finalmente aconteceu que, as coisas se decidiram e o grupo do Dr. Otto foi para Brasília, ele foi para Brasília, algumas pessoas o seguiram, outras continuaram no Ministério. O Dr. Walter foi para a Universidade do Brasil e foi na ocasião fundado o CPPN, que hoje é o NPPN e eu resolvi ficar no Ministério. Resolvi ficar no Ministério, mas não mais na verba do programa e sim num programa que a Universidade de Califórnia mantinha dentro do Instituto orientado pelo professor Bernard Tursch. Isso não fui muito bem recebido pelas pessoas que estavam se retirando do Instituto, mas eu achei que tinha que mais era ficar ali, estava fazendo o meu trabalho, o trabalho estava indo bem e permaneci ali até início de 64.

TF – Mas o senhor fazia pesquisa lá.

NS – Fazia pesquisa.

TF – E continuou fazendo o mesmo (inaudível)

NS – Continuei fazendo, só que mudei um pouco de área. Em vez de trabalhar com planta medicinal nesse programa de... desse Eway, nós fomos trabalhar com animais marinhos, nós fomos fazer investigação química em animais marinhos.

TF – O quê que era? O quê que consistia?

NS – A gente estava estudando os constituintes químicos dos invertebrados marinhos, quer dizer, (inaudível) do mar, estrela do mar, ouriços, na época isso era uma atividade que estava começando,

hoje em dia é um campo que atrai um grande número de pessoas. Mas, na época isso era mais ou menos pioneiro, aquilo me interessou muito, tinha um relacionamento muito bom com o meu chefe. Então nós resolvemos ficar, até que esse programa terminou e aí a coisa foi mais ou menos imposta, “agora vocês vão para o NPPN ou então nós cortamos as ligações”.

TF – Então, isso foi uma orientação do próprio, ou uma ordem, do próprio ex-IQA de que vocês fossem para o NPPN ou foi um convite do NPPN?

NS – Não. Foi, digamos, convite entre aspas, quer dizer, tipo “dá ou desce”, ou vai para o NPPN ou nós vamos nos desinteressar da sorte de vocês. Quer dizer, para o caso do meu chefe isso não constituía muito problema porque ele recebia por um outro programa, esse programa tinha ido para o NPPN. Então...

TF – Quem era o seu chefe?

NS – Bernard Tursch.

NR – E como é que era o nome desse programa que o senhor trabalhava com ele?

NS – Era um programa de investigação de animais marinho.

NR – Sim, mas era financiado por?

NS – Financiado pelo (inaudível), Universidade de Califórnia, Los Angeles, professor Rapoport. Bom, para mim realmente representava um problema, eu tinha outros planos, eu achava que eu poderia fazer um doutorado na Bélgica, como tinha sido prometido pelo Tursch. Então essa... quase que imposição de ir para o NPPN para mim não foi muito boa. Éramos dois nessa situação, eu e o meu colega Paulo Henrique, e depois de muito discutir, então ele acabou ficando no Ministério e eu acabei indo para o NPPN. Não sei quem dos dois se deu melhor, mas confesso que a minha ida para o NPPN, ela não foi muito pacífica, eu não pretendia deixar o Ministério da Agricultura. Enfim, aconteceu e teve lá o seu valor depois.

TF – E no NPPN o senhor foi trabalhar em que área?

NS – Bom, no NPPN, nós fomos todos compulsoriamente matriculados na pós-graduação, quer dizer, éramos da primeira turma...

TF – O próprio núcleo tem um programa de pós-graduação.

NS – É, quer dizer, eu acredito que isso foi parte... eu também não sei exatamente como é que as coisas aconteceram na fundação do CPPN, mas acredito que o CPPN tenha recebido auxílio externo, não sei se foi da Rockefeller ou de uma outra Fundação, mas com obrigação de ministrar cursos de pós-graduação. Então tinha que ter clientela, então a clientela foi pegar o pessoal subalterno e enfiar lá no curso. Então a primeira turma era Luiz Antônio Paes Leme, Emília Coelho Barbosa Tomassine e eu, e o Ed Pascoal Carrazone, que era o único que, vamos dizer, não era desse grupo, ele tinha vindo direto da Universidade de Pernambuco para fazer a pós-graduação. Então nós passamos a ser alunos

de pós-graduação, inclusive, essa pós-graduação, ela inicialmente tinha sido falado que seria a nível de doutorado, depois com alguns meses lá de trabalho, disseram que não mais será a nível de doutorado, será a nível de mestrado, o que não deixou de gerar para mim um segundo mal-estar. O engraçado é que 30 anos depois eu resolvi requerer meu histórico escolar no IQA, no IQA não, desculpe, no NPPN. Então veio lá, matriculado no curso de doutorado, não sei que, não sei que... esse doutorado ele veio a sair no NPPN só 30anos depois, quer dizer, na época o que o Conselho Federal de Educação deu foi mestrado. Então essa ida para o NPPN foi meio conturbada, nunca cheguei a me sentir bem ali dentro.

TF – Sim, mas lá, a linha de pesquisa mesmo que o senhor trabalhava era...

NS – A linha de pesquisa continuou, quer dizer, o Ben Tursch levou o programa dele para...

TF - Para animais marinhos.

NS - ...de animais marinhos, nós continuamos trabalhando com animais marinhos, depois o...

TF – O convênio também foi para lá?

NS – O convênio foi também, o convênio era uma coisa assim meio particular do Tursch, acho que era tipo assim coisa de pesquisador para pesquisador, então ele levou com ele, e continuamos trabalhando nisso. Então estávamos investigando lá alguns bichos para ver se saía de lá uma tese, mas o entusiasmo inicial já tinha sido perdido, quer dizer, o entusiasmo inicial já tinha sido perdido e, vamos dizer, chegou uma hora que realmente eu achei que eu não ia agüentar mais o NPPN.

Fita 3 – Lado B

NS – Hoje em dia todo mundo sabe que um curso de pós-graduação... o quê que a gente espera de um curso de pós-graduação. Mas na época era uma coisa pioneira. Então o curso de pós-graduação, “muito bem e tal, você está compulsoriamente matriculado” Ótimo, mas o quê que eu ganho com isso? “Ah bom, você vai aprender”. Ótimo, eu vou aprender, isso é muito bom, mas para aprender eu preciso de tempo”. “Ah não, você estuda em casa, aqui você tem que produzir, você tem que enfiar a cara na bancada e produzir”. Dois anos depois o NPPN mudou essa orientação, então os alunos passaram a ter um tratamento normal, quer dizer, primeiro ano você estuda, o segundo ano você vai para a bancada. Mas como no nosso caso, nós tínhamos toda uma experiência de bancada considerável, então o pessoal achava que a gente tinha que produzir. Se a gente aparecesse com o livro aberto em cima da bancada, isso era um crime de “lesa-Pátria” e o único que escapava desse regime era o Carrazane, que dizia: “Não, eu estou aqui porque eu quero, quem está me pagando é a minha universidade, então eu estudo a hora que eu quiser”. E esse ambiente, sei lá, para mim ele foi ficando muito pesado, eu estava acostumado com a liberdade que eu tinha dentro do IQA e, você sair de um sistema onde você tem uma liberdade, o meu chefe viajava muito, me deixava encarregado do laboratório durante 3 ou 4 meses do ano; e eu voltava a um esquema onde você vira novamente aluno com uma camisa de força em cima, que você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, não pode fazer aquilo outro, então realmente eu me sentia muito infeliz ali. Aí um dia conversando com esse

meu amigo, Paulo Henrique, que ficou no IQA, quer dizer, já não era mais IQA, se chamava CTAA, eu disse: “Eu quero voltar”. Aí ele disse: ... (ruído externo)

NS - Isso é aluno no corredor. Esse é o problema aqui na faculdade, a gente achar um lugar onde a gente possa...

(Interrupção da gravação)

NS – Bom, então eu estava falando que eu resolvi voltar e o Paulo disse: “Olha, por coincidência tem uma vaga lá, vou falar com o diretor...” O diretor era o finado Oscar Ribeiro. Voltou no dia seguinte e disse: “Olha, eu falei com o Oscar, ele disse que está tudo ok para você”. Eu fiquei muito feliz com isso, mas dois dias depois ele disse: “Olha, houve um pequeno problema porque o Dr. Oscar pediu demissão e agora nós temos que esperar até vir um novo diretor”. E mais uma semana, ele disse: “Olha, foi nomeado o novo diretor, mas não sei se eu falo com ele ou não falo. Eu disse: “Fala! Quem é o novo diretor?” “O novo diretor é o professor Walter Mors.” “Fala assim mesmo”. “Mas você não acha que você vai ter problema dentro do NPPN se você manifestar desejo de sair, qualquer coisa”. “Mas é, tanto faz, tanto faz. Lá eu não aguento ficar mais e se eu não voltar para o IQA então eu vou, sei lá, vou fazer xarope em um laboratório de porão, vou fazer qualquer coisa, mas aqui eu não fico. Ele falou com o Dr. Walter e inesperadamente o Dr. Walter me recebeu muito bem, me recebeu muito bem e disse que ficaria muito feliz com a minha volta. Isso me surpreendeu, porque eu confesso que lá no NPPN eu andei criando alguns problemas administrativos, devido a essa minha insatisfação, então eu voltei. Eu voltei em 66 e fiquei no CTAA até 73, até já fevereiro de 73. Foi um período muito bom, muito feliz, o Dr. Walter era o diretor e lá começamos a fazer então pesquisa aplicada, começamos a fazer realmente investigação em tecnologia, fizemos todo um trabalho com sisal, foi um trabalho muito interessante, muito bom, grande porte.

TF – Em que que consistia mesmo o trabalho com sisal?

NS – Nós geramos uma tecnologia de obtenção de sapogenina esteroidais de sisal, para fazer síntese de hormônios esteroidais. Quer dizer, infelizmente o Ministério da Agricultura não chegou a entender o alcance da coisa. Então a partir do instante que nós apresentamos a tecnologia de isolamento de hecogenina e anti-hecogenina, inclusive em escala piloto, nós construímos uma usina piloto no interior do Rio Grande do Norte, o Ministério disse que o problema agrícola estava resolvido. Nós tentamos explicar que o problema agrícola não estava resolvido, porque o fato de obter hecogenina não significava que alguém ia comprar hecogenina, alguém compra hormônios, então tinha que percorrer ainda todo um processo que seria a síntese de hormônios a partir de hecogenina.

TF – Qual é a aplicação da hecogenina?

NS – É matéria-prima para síntese de hormônio esteroidais. A ONT já estava começando um trabalho...

TF – Hormônios usados em humanos?

NS – Usados em humanos, toda a linha de hormônios, os sexuais, os corticóides, todos os hormônios usados hoje em dia no mundo, inclusive os anovulatórios, provém de matérias-primas vegetais e a

hecogenina é uma delas. Na ocasião era matéria-prima que melhor se adequava para as nossas condições. O país era um grande, é um grande produtor de sisal, então a obtenção se faz com subprodutos da indústria sisaleira. Então foi um trabalho muito bom e fiquei lá até 73.

TF – Daí, o quê que o Ministério da Agricultura fez com esse trabalho? O senhor disse que não foi bem entendido...

NS – Bom, saíram algumas publicações, quer dizer, a parte do estudo a partir da planta de sisal até a hecogenina ele foi concluído com sucesso, mas pena que o Ministério não investiu na continuação desse trabalho. Ele teria que agora investir...

TF – (inaudível) em um trabalho acadêmico.

NS – É, tinha que investir no trabalho de síntese do hormônio a partir da hecogenina. Quer dizer, a hecogenina, nós fizemos o trabalho completo, nós fizemos toda a investigação de laboratório e todo o trabalho na fase piloto. Nós tínhamos uma usina piloto que nós construímos no interior do Rio Grande do Norte, e nesta usina piloto a gente então produzia hecogenina em quantidade de dezenas, de quilos, para isso ser usado no processo de síntese. Alguém teria que sintetizar e INT começou de início em cooperação com o CTAA, mas depois faltou dinheiro.

TF – INT?

NS – INT, Instituto Nacional de Tecnologia. Então disseram: “não, isso não é mais problema da agricultura, o Ministério da Agricultura não vai se interessar mais por esse problema”. Isso foi cretino. Então esse programa acabou exatamente aí, acabou na hecogenina, e até hoje nós importamos todos os hormônios que precisamos, não fazemos nada no país.

NR – Professor, voltando só um pouquinho naquela fase da extinção do IQA. Na sua opinião, quais foram os motivos que levaram a extinção naquele momento.

NS – Eu não sei dizer exatamente o que levou, quais foram os motivos, o quê que se passou na cabeça das pessoas da cúpula. Quer dizer, veja a situação, eu era um dos menos graduados aí dentro, eu era um dos mais novos, então, obviamente, essas decisões, essas informações de alta política, elas não circulavam muito facilmente. Então acredito que o Dr. Mors, o Dr. Gotlieb, eles sabem bem desse motivo ou pelo menos tem uma versão para esses fatos. Mas a gente não tinha, quer dizer, isso caiu como um raio: “Ah, o IQA foi extinto! “Mas extinto como?” “Ah não, o negócio lá do Ministério...” Quem tomou essa decisão no Ministério, em que circunstâncias, se isso veio do Departamento Nacional de Pesquisas e Experimentação Agropecuária, se isso veio da reforma do Ministério, eu não sei, mas acho que no fim houve uma grande dose de incompreensão de todas as partes. Porque criar uma divisão de tecnologia não era uma idéia tão absurda, criar uma divisão de tecnologia acho que viria favorecer a investigação aplicada, processos tecnológicos, etc. Tanto é que, depois o CTAA ele cumpria esse papel e hoje ele virou um núcleo de tecnologia da própria EMBRAPA, quer dizer, a idéia de criar isso, isso não foi um despropósito, o que foi um despropósito foi extinguir as atividades do antigo IQA. Então aí eu acho que faltou esclarecimento, faltou diálogo, eu tenho essa impressão, pelo menos do meu “poleiro”, que eu tive...

TF – De esclarecimento de quem que o senhor está dizendo?

NS – De entendimento de ambas as partes, vamos dizer, dos dirigentes do IQA e de quem formulou a política, quer dizer, deixou de... acho que deixou de se mostrar o quanto o IQA era importante. Desconfio eu, que a burocracia naquela época ela era tão burra quanto a de hoje, os formuladores dessas políticas fazem as coisas e nunca perguntam a quem executam as coisas, que está envolvido, o quê que deve e o que não deve ser feito. Então eu tenho essa impressão.

NR – É, porque o IQA foi extinto justamente no momento em que ele estava...

NS – Num momento em que ele estava crescendo e num momento que ele tinha ganho até um mandato Universitário da Rural, quer dizer, o IQA ia ministrar cursos de pós-graduação. Então, num instante em que ele estava no seu auge, ele foi extinto. Então isso que eu acho que faltou esclarecimento, faltou diálogo, faltou alguém, sei lá, apresentar isso ao governo de uma outra maneira. Agora, não tenho idéia de que maneira isso seria possível, porque na época o meu conhecimento de administração era zero. Quer dizer, nem me envolvia muito nas coisas, vamos dizer, administrativas do IQA porque era pago por uma verba a parte, quer dizer, eu não era um funcionário do IQA, eu não fazia parte da estrutura, quando a gente faz parte da estrutura a gente começa a se interessar mais por problemas administrativos. A coisa foi assim, foi...

TF – Sim, aí veio a UFF [Universidade Federal Fluminense], o senhor ficou um tempo trabalhando nas duas instituições.

NS – Ah, fiquei, fiquei, fiquei. Eu entrei para a UFF em dezembro de 70.

TF – O senhor tinha meio expediente, como é que era?

NS – No IQA o nosso expediente era de seis horas e aqui na época havia um outro tipo de regime, contrato de 12, 24 e 40 horas semanais, 40 horas com dedicação exclusiva ou sem. Todo mundo ingressava no regime de 12 horas e todo mundo queria passar para o regime de 24 horas, fazia praticamente a mesma coisa, mas ganhava duas vezes. Eu consegui passar, acho que, logo com 6 meses de UFF, eu passei para o regime de 24 horas. Então eu dava aula mais a noite, eu dava meu expediente normal no CTAA e ao final do expediente então vinha dar aula aqui, quer dizer, aqui não, primeiramente no Instituto de Química.

TF – Aí do Instituto de Química o senhor passou para cá, de São Paulo mesmo.

NS – Isso.

TF – E indo para Campinas, (inaudível), eu queria que o senhor falasse o seguinte: Campinas tem uma história, desde o império, relativa a agronomia, Escola de Agronomia. Eu gostaria que o senhor nos falasse o quê que o senhor soube, o que o senhor conhece dessa história, como é que o senhor vê essa história da agronomia em Campinas.

TF – Bom, veja, no ano que eu cheguei a Campinas, em 87, isso foi final de 87 e início de 88, talvez tivesse sido início de 88, o Instituto Agrônomo de Campinas estava comemorando 100 anos de

existência, quer dizer, realmente era uma instituição de pesquisa, talvez a mais antiga do país e o Instituto Agrônomo tem uma série de serviços prestados para a agricultura brasileira. Então sempre foi considerado como um grande centro de pesquisas e eu acho que talvez essa influência, ela deve ter atingido outras instituições em Campinas, o ITAL, o Instituto de Tecnologia de Alimentos, que é algo muito mais recente, mas que também um centro de investigação em alimentos, e a própria UNICAMP. A UNICAMP é uma universidade *sui generis*, acho que ela tem mais alunos de pós-graduação do que de graduação. Então uma universidade que trabalhava intensamente em pesquisa, em todas as áreas da atuação dela e a iniciativa da UNICAMP de fundar um centro de pesquisas que trabalhasse em pesquisa aplicada, pesquisa tecnológica, em contato estreito com empresas, foi uma iniciativa também pioneira e foi nesse Centro pluridisciplinar de pesquisa onde eu fui parar. Me convidaram para organizar e montar a área de fitoquímica; eu tirei minha licença prêmio aqui na Fluminense e fui para lá para em 6 meses, então deixar a coisa estruturada e ir embora, mas gostei tanto das condições de trabalho, do ambiente, da possibilidade de trabalhar naquilo que realmente eu gostava que acabei ficando lá 9 anos. Terminada a licença prêmio o reitor da UNICAMP solicitou ao reitor da UFF que me cedesse, eu fui cedido para a UNICAMP, fiquei 9 anos lá a cargo dessa área de fitoquímica.

TF – Mas e a Agronomia? Como é que era a questão da Agronomia já que tinha uma história tão densa, tão antiga?

NS – Aí veja, como uma das linhas que se firmou foi a de plantas medicinais, então foi criada dentro do centro também uma de divisão de agrotecnologia e essa divisão existe até hoje e está trabalhando com introdução, aclimação, cultivo, domesticação de espécies medicinais, tanto nacionais como exóticas. Então, vamos dizer, a influência do IAC [Instituto de Agronomia de Campinas], ela se fez mais nesta área, área de cultivo de medicinais, embora o agrônomo tenha até hoje uma seção de plantas medicinais e aromáticas; o agrônomo, ele vem sofrendo assim um certo desgaste administrativo, porque os salários são baixos, os pesquisadores vão se evadindo, essa coisa toda.

TF – Mas ele é ligado ao Ministério?

NS – Ele é ligado diretamente a Secretaria do Estado, Secretaria de Ciências e Tecnologia, se não me engano. Então esse é o problema, o IAC não é universidade. Então estão enquadrados naqueles planos de funcionalismo do Estado de São Paulo, com vencimentos muito baixos, não se realiza concursos há muito tempo, então as equipes são pequenas, com isso outras entidades começaram a surgir, uma foi o CPQBA [Centro de pesquisas Pluridisciplinares de Química, Biologia e Agricultura]. O CPQBA que faz um trabalho na área de medicinais, a própria FEAG, Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, mas não resta a maior dúvida que todo esse pessoal está sendo influenciado de alguma maneira pelo trabalho desenvolvido anteriormente no agrônomo.

TF – Tinha Instituto de Biologia, Instituto de Química e um, não sei se era Laboratório de Biotecnologia e Agronomia e Botânica. Como é que era essa relação? Essas coisas ainda existem?

NS – Veja, dentro da UNICAMP, o CPQBA, ele se relacionava mais com Biologia e com a Química, mas esse relacionamento não era muito intenso, quer dizer, pelo fato da gente trabalhar em programas aplicados, os institutos fazerem investigação puramente acadêmica, embora o relacionamento fosse muito amistoso, mas não havia muito programa comum, a não ser quando o interesse era mútuo. Mas

depois com o tempo começou a se estabelecer uma certa conexão, então alguns alunos de pós-graduação vinham fazer a parte prática das suas teses dentro do CPQBA. Então na nossa área nós tivemos 3 alunos dos cursos de pós-graduação em Farmacologia da Faculdade de Odontologia, estavam iniciando um trabalho de plantas medicinais, então queriam um suporte na parte química e foi uma colaboração muito feliz, enquanto durou produziu bons frutos. Desses 3, 2 já defenderam doutorado, a última vai defender agora até o final do ano. Então, vamos dizer, a ligação que havia, havia-se através de alunos; havia uma ligação também com a Faculdade de Engenharia de Alimentos, um dos alunos que trabalhou na minha área, ele obteve o seu doutorado e hoje é professor titular em Goiás, na Faculdade de Farmácia de Goiás, fui até da banca dele, o que me deu muita satisfação. Então o contato maior era esse, quer dizer, era através de programas comuns, através de alunos. Com outros órgãos do Estado o nosso relacionamento no CPQBA não era muito grande. A gente se relacionava com o agrônomo, mas mais até em função de amizade pessoal, o pessoal da seção de plantas medicinais e aromáticas, o Instituto de Botânica do Estado, a gente não tinha ligação nenhuma. Então a coisa ficava mais ou menos restrita a universidade mais um outro setor do...

TF – O senhor sabe se essas organizações do Estado, elas tinham interferência grande, em que nível era com agronomia em Campinas? Tinha uma aplicação? Como é que era essa questão? Porque elas foram criadas com essa perspectiva, de auxiliar os problemas agrônômicos.

NS – Olha, analisar, por exemplo, a atuação do agrônomo de Campinas em relação a UNICAMP é uma coisa, analisar a atuação do agrônomo no âmbito geral, na agricultura do Estado, do país é outra coisa. O que a gente pode dizer é o seguinte, que a contribuição que o agrônomo deu a agricultura nacional é imensa. Hoje em dia, toda a cultura se baseia nos trabalhos do agrônomo. Cultura de menta que foi introduzida no país na década de 30, toda ela se baseia no trabalho do agrônomo. A abacaxicultura, toda ela é baseada no trabalho do agrônomo. Então a influência do agrônomo na agricultura nacional é enorme, quer dizer, isso, pelo menos, visto pelos olhos de um fitoquímico, se conversar com um agrônomo, ele seguramente trará muito mais exemplos e muito mais assuntos que foram resolvidos através das pesquisas que o agrônomo faz. Agora, vamos dizer, a ligação do CPQBA com o agrônomo também é bastante limitada. Bastante limitada.

TF – E a sua relação com Keith Brown, que ele era do Instituto de Biologia.

NS – Pois é. O Keith é do Instituto de Biologia, pessoalmente, o nosso relacionamento é ótimo, mas profissionalmente o nosso relacionamento foi mínimo em Campinas. Quer dizer, o Keith está trabalhando na área de Ecologia, então a pesquisa dele é de caráter muito mais acadêmico, aí a gente fazia trabalhos aplicados, quer dizer, ele estava interessado em gerar produtos. Então também não havia muito contato, muito interesse profissional comum.

TF – E com o resto dos grupos que trabalham com fitoquímica, fitoterapia, o senhor tem... Qual é a relação do senhor, como profissional, com esses outros grupos que tem no país?

NS – Olha, a relação...

TF – Com a própria instituição, a própria UFF enquanto produtora de um saber.

NS – Pois é, a UFF, o único lugar onde se mexe com produto natural agora é aqui na Faculdade de

Farmácia.

TF – Antes mexia-se aonde? No Instituto de Química?

NS – Não, antes não se mexia em lugar nenhum (risos). Então começaram a mexer aqui agora. A UFF não tinha tradição em produtos naturais e isso foi uma das razões que, no conjunto, acabaram por me levar a Campinas. Eu estava dentro de uma estrutura onde eu achava que não teria condições... pelo menos, naquela época não tinha, de formar uma equipe e de poder continuar trabalhando nessa área; realmente, nessa ocasião surgiu, agora no início de 96. Mas o relacionamento com outros grupos de pesquisa é um relacionamento normal, quer dizer, o grupo no NPPN, nós temos um relacionamento muito bom, temos um relacionamento muito bom...

TF – Vocês costumam fazer trabalhos conjuntos ou o relacionamento é só na produção...

NS – Não temos trabalhos conjuntos, não temos, quer dizer, com quem nós temos trabalhos conjuntos, com o Instituto de Biologia da UFF, onde é o departamento de Botânica, onde tem nossos colegas que tem um projeto e a gente se apoia mutuamente. Quer dizer, eles fazem os levantamentos botânicos e nós então fazemos a parte química, investigação...

TF – Produzem juntos, escrevem textos juntos...

NS – Escrevemos textos juntos, etc., produzimos juntos. Encaminhamos esse ano um projeto conjunto a um laboratório estrangeiro que estava interessado em plantas anti-diabéticas, estamos aguardando resposta, quer dizer, esse é um grupo efetivamente com quem nós temos colaboração. Quer dizer, quais são os outros grupos que a gente pode dizer que a gente tem uma colaboração? Grupos universitários, acho que a coisa fica mais no relacionamento de saber o que cada um faz e de acompanhar isso mais ou menos a distância, temos colaboração com empresas, tem o laboratório Aché, que apesar do nome, é nacional, o maior laboratório nacional, tem um projeto de geração de tecnologia nacional em execução...

TF – E a relação com essas empresas como é que é? É através de projetos?

NS – É através de projeto.

TF – Projeto de pesquisa feito pela universidade...

NS – Feito pela universidade, aprovado pelo departamento, registrado...

TF – Correspondendo a alguma questão ou a algum produto que vai ser (inaudível).

NS – Algum produto que é de interesse do laboratório. Então temos relacionamento com 2 ou 3 laboratórios do ramo, que evidentemente põe dinheiro aqui e para quem a gente gera os resultados, e nós temos uma colaboração internacional de muito bom nível, nós estamos trabalhando com programa o CITED. Programa CITED é, Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento, é um programa iberoamericano, quer dizer, incluindo todos os países iberoamericanos e mais ainda Portugal e Espanha. Esse programa é muito extenso, tem acho que 22 subprogramas, e um deles, eu sou o

programa 10, Química (inaudível) Farmacêutica. Nesse subprograma 10 está enquadrada atividades na área de produtos naturais. Então esse é um programa que se baseia principalmente no intercâmbio, quer dizer, através desse programa eu posso mandar um colaborador meu para estagiar em outro país, eu posso convidar um professor estrangeiro para dar um curso, enfim, através desse programa eu posso movimentar gente. Também existe possibilidade de apresentação de projetos temáticos, aí a coisa fica um pouco mais complicada porque tem que ter aprovação de entidades nacionais, aí a coisa já fica mais ou menos a nível governo-governo. Mas movimentação de pessoal é uma coisa extremamente fácil de conseguir dentro do programa. Então, isso é muito bom. Eu me lembro que eu participei pessoalmente de várias atividades da CITED, dando cursos, conferências, consegui mandar um colaborador meu do IQA fazer um curso em Cuba, que ele fez e acho que serviu muito bem para a formação dele, agora vai haver um curso no Panamá, vamos mandar um colaborador nosso daqui da UFF para fazer. Esse curso que nós realizamos a uma semana atrás, curso de duas semanas em horário integral, foi patrocinado pelo CITED, eles trouxeram aqui 12 estrangeiros de 9 países, fora a brasileira que a gente arregimentou por aqui mesmo, de 6 Estados. Então é um programa muito bom para a formação de recursos humanos, com isso nós temos um contato muito intenso, quer dizer, tanto com a coordenação do sub-programa como com a coordenação da chamada rede de produtos fitoterápicos e incluem esse tipo de atividade.

TF – Essa rede está ligada a rede...

NS – Essa rede está ligada ao sub-programa 10, Química (inaudível) farmacêutica e ela abrange então todos os países da ibero-américa.

TF – Uma rede Internet?

NS – Uma rede internacional.

TF – Ela está via rede computador.

NS – Não, não, a rede que a gente chama dentro do programa CITED, é uma reunião de instituições que trabalham no programa comum. Então existem chamadas redes nacionais e redes temáticas. Quer dizer, a rede nacional, no Brasil, não temos rede nacional do CITED, mas tem rede nacional do Peru, rede nacional do Equador, rede nacional centro-americana, então são redes que reúnem todos os pesquisadores que trabalham em química de produtos naturais, química e farmacologia.

TF – Por que no Brasil não se organizou uma rede dessas?

NS – Ah, não sei. Acho que pelas minhas respostas anteriores a coisa fica mais ou menos clara (risos). A gente não tem muita ligação, uns e outros, a gente não se comunica muito, esse país é muito grande, então a gente tem dificuldade de se comunicar com o colega, dificuldade de fazer programas em colaboração e tal, e também tem dificuldade de montar a rede. Agora, existem as redes temáticas, nosso programa 10 tem 3 redes: Primeira rede é estudo de produtos... de plantas medicinais de uso medicinal. Então é fitoquímica pura e simples, quem coordena é a Olga Lock do Peru. Então abrange todos os países, e a gente também está ligado a essa rede, embora a nossa atuação está mais enquadrada na segunda rede que é de produtos fitoterápicos, esse quem coordena é um guatemalteco, o Armando Casseres, e tem a terceira rede que é de farmacologia, chamada de “validação de plantas

medicinais”, esse quem coordena é o nosso colega Antônio Lapa da Paulista de Medicina. Então essas redes temáticas inteiram pessoas que tem o mesmo tipo de atividade e, quer dizer, no nosso caso a rede da (inaudível), como nós chamamos, se enquadra mais porque é a rede que faz tecnologia, tecnologia, controle de qualidade e, foi através dessa rede que nós conseguimos reunir aqui 21 pessoas nesse curso e que foi muito bom, segundo repercussão, a avaliação foi boa.

TF – E aqui na faculdade, quer dizer, aqui no laboratório de fitoquímica, o senhor só tem farmacêuticos ou tem químicos, botânicos...

NS – Aqui eu só tenho farmacêuticos, por coincidência, a equipe é de 5 farmacêuticos. Agora, nós temos os nossos colegas do Instituto de Biologia, então lá tem biólogos, tem farmacêuticos também...

TF – E com a Química?

NS – O nosso relacionamento com a Química, nenhum, nenhum, no momento nenhum. A Química, ela enveredou pelo caminho de pesquisa de sínteses orgânicas, então nós temos muito pouca ligação, quem tem uma ligação ma...

TF – Vocês trabalham mais com análise, seria isso a diferença?

NS – Não, não, a diferença é com o que trabalhar, porque...

TF – A diferença é com o objeto ou é com a metodologia do trabalho?

NS – Com o objeto, nós trabalhamos com química de plantas. Então nós tiramos coisas de plantas, eles trabalham com sínteses orgânicas, quer dizer, eles pegam moléculas orgânicas e sintetizam coisas que podem ser medicamentos ou não, mas eles trabalham com produtos químicos não naturais, quer dizer, que não são...

TF – (inaudível) produtos naturais ou não naturais...

NS – Não necessariamente naturais, não necessariamente naturais.

TF – Sim, mas quando o senhor diz, trabalha em síntese, estou meio ignorante no assunto, não trabalho na área, então é o seguinte: a síntese em algum momento... o senhor pode analisar um produto e sintetizá-lo. Aqui no laboratório a gente não trabalha com síntese?

NS – Não.

TF – Só com análise. Mas quando eu falo síntese pode ser cópia de um produto natural.

NS – Sim, isso é uma síntese, correto. Essa síntese pode ser feita a partir de uma matriz natural ou uma matriz também totalmente sintética. Nós não fazemos isso, quer dizer, o que a gente faz é isolar coisas de plantas, então a gente vê o quê que existe dentro de uma planta, fazer um processo para isolamento, depois mandar isso para um farmacologista vê para que serve. Se serve, então transformar esse processo de isolamento de escala de laboratório para escala piloto, criar um produto farmacêutico

encima disso, uma forma farmacêutica, um comprimido, uma cápsula, um xarope, um supositório, enfim, criar um método de controle de qualidade para esse produto, para os intermediários de fabricação, é isso que nós fazemos.

TF – E esse trabalho com a Aché, por exemplo, que vocês fazem, quer dizer, a Aché tem um *insite* qualquer, que uma planta tal tem um produto e quer que vocês analisem para ver se ela tem aquele princípio ativo?

NS – Não, na realidade é o seguinte, o Aché tem um produto que ele compra no exterior e esse produto comprado no exterior é isolado de uma planta, a planta existe no Brasil. Então eles querem gerar uma tecnologia para eles em vez de comprar no exterior, produzirem isso no país; ou eles produzirem ou alguém produzir para eles. Então é isso que nós fazemos, nós estamos estabelecendo uma tecnologia para esse produto.

TF – Mas esse... se outra pessoa produzir, quer dizer, não é a universidade.

NS – Não, seguramente não. A universidade, ela teria por obrigação, vamos dizer, gerar um processo, mas uma vez gerado o processo a atividade comercial não é da universidade.

TF – E a relação com a Vital Brazil? Já houve, existe ainda... A Vital Brazil já foi produtor de medicamentos.

NS – E ainda é.

TF – Não aproveita esse conhecimento gerado por vocês? Que tipo de...

NS – Veja, o relacionamento com a Vital Brazil também é um tanto precário, quer dizer, nós tivemos uma fase em que o diretor de pesquisas do Vital Brazil era o Dr. Roberto Soares de Moura e o diretor industrial era Salvador Alves Pereira, ex-professor dessa casa. Então nessa época as coisas começaram a aparecer um pouco mais próximas, quer dizer, pelo menos a gente estava estudando para ver o quê que a gente poderia fazer em comum. Infelizmente com a mudança da política, mudou a direção do Vital Brazil e os dois acabaram deixando os cargos. Então, com a atual direção do Vital Brazil nós não temos...

TF – Essa direção foi a partir de quando?

NS – Bom, Salvador e Roberto saíram fazem alguns meses, uns 4 meses talvez. Então até lá a gente tinha um relacionamento que a gente estava pretendendo incrementar, quer dizer, havia interesse de ambas as partes, já tínhamos identificado até um assunto de interesse comum, mas, infelizmente, as coisas lá se passaram de uma maneira um tanto inesperada, então agora vamos aguardar, vamos ver quem é que está lá...

TF – Produzir e envasar produtos, eles fazem essa parte toda da produção?

NS – Vital Brazil?

TF - É.

NS - Vital Brazil tem uma linha de produção bem grande

TF – Eles têm uma relação com a CEME, com a extinta CEME?

NS – Eles tinham, eles vendiam muito para a CEME, acho que era o principal cliente deles.

TF – E hoje eles vendem para quem? Secretaria de Saúde?

NS – Olha, eu acho que hoje eles estão voltando às origens, eles estão... bom, pelo menos essa era a idéia do Salvador e do Roberto, é de voltar a colocar o produto no mercado, que antigamente o produto do Vital Brazil era encontrado em farmácia comercial, depois, alguns anos passados isso mudou, eles passaram a produzir quase que exclusivamente para a CEME. Então, vamos dizer, o público até esqueceu que o Vital Brazil tinha produtos na praça e eu tenho a impressão que eles queriam voltar com isso e agora não sei como é que está, não sei como é que está porque tanto a CEME [Central de Medicamentos] foi extinta como a direção do Vital Brazil foi mudada.

TF – E me diga o seguinte professor, essa relação, queria que o senhor falasse um pouco, dos estudos químicos no Brasil e da relação com outros países. Quer dizer, como é que a Química no Brasil... parece que tem uma diferença entre íons, solúveis, a tradição na química no Brasil e a evolução da Química em outros países. Como é que o senhor vê essa pesquisa?

NS – Bom, eu vejo o seguinte, que nós... o que nós estávamos fazendo no país não era muito diferente do que se fazia lá fora, justamente pela influência que os programas de colaboração no IQA, onde tudo começou, presença de pesquisadores estrangeiros constante, fez com que a gente acompanhasse. Então nos anos 60, quando eu comecei, o que se procurava era saber o quê que existe dentro das plantas; então se pegava uma planta qualquer, estudava aquilo, se procurava isolar o maior número de compostos possíveis e publicar. Então era o conhecimento daquilo que existe dentro da planta. O meu chefe tinha um ditado que, “aquilo que não é solúvel em clorofórmio não presta”. Então, realmente, o que não era solúvel em clorofórmio a gente deixava para lá porque dava muito trabalho. Então era muito mais fácil, com os meios que se dispunha na época, era trabalhar com substâncias não áquo-solúveis, e sim solúveis em solventes orgânicos.

TF – Mas isso lá fora em outros países também?

NS – Lá fora também era a mesma coisa, lá fora também era a mesma coisa. A gente pega os trabalhos da década de 60, início dos anos 70, eram pouquíssimos os grupos que trabalhavam com componentes hidro-solúveis...

Fita 4 – Lado A

TF – Entrevista com o Prof. Sharapin, 8 de setembro de 1997. Fita número 4.

TF - Professor, eu estava querendo saber se esse, se essa questão da condução do tipo de pesquisa a ser feita é uma questão tecnológica, falta equipamento e nenhum país conseguiu desenvolver essa tecnologia... o que aconteceu? O que acontece?

NS – Não, a verdade é que de todos os meios que a gente dispunha na época, eram muito mais favoráveis para o desenvolvimento de produtos ou de pesquisas com aquilo que era solúvel em solventes orgânicos.

TF - Na época que o senhor fala é que época?

NS - Na época dos anos 60 em diante. Então na época se trabalhava muito com alumina para separar material e depois passou-se a trabalhar com sílica gel, quer dizer, as técnicas que levassem a separação de compostos hidrosolúveis não eram muito conhecidas. Então isso começou a ser estudado lá fora, diria eu, a partir dos anos 70, meados dos anos 70, começaram a aparecer os trabalhos com desenvolvimento de novas técnicas, não é bem o equipamento, é mais a técnica em si. E... pois é, hoje em dia lá fora tem muitos grupos que trabalham com substâncias água-solúveis, isso naquela área de química de animais marinhos, por exemplo, esse “troço” descoberto umas das estruturas é extremamente interessante. O grupo de pesquisa do meu antigo professor, do Ben Tursch, lá em Bruxelas, faz isso, lá da equipe da UNICAMP, um dos meus colaboradores fez o seu doutorado lá e tirou umas estruturas interessantíssimas. Pois é, isso pouco a pouco está começando a aparecer no Brasil, quer dizer, no Brasil a gente ainda tem como principal objetivo estudar as substâncias solúveis em solventes orgânicos...

TF – Mas a questão continua sendo a mesma, quer dizer, a questão é... (inaudível)...

NS – As pessoas já estão mais habituadas, enfim, tem uma infinidade de plantas aí, e tem tanta coisa que não foi estudada que qualquer tipo de divisão ele é válido, quer dizer, é válido continuar estudando substâncias água solúveis, é válido continuar estudando substâncias solúveis em solventes orgânicos, só não é válido dizer como dizia o meu chefe há 30 anos atrás que aquilo que não for solúvel em clorofórmio não presta, né? Quer dizer, a gente sabe que presta, a gente sabe que tem coisas muito interessantes a serem descobertas em fração hidrossolúvel, mas muitas vezes a gente não muda porque a gente já tem uma linha toda montada. Quer dizer, o quê que está acontecendo agora, pelo menos a impressão que eu tenho, é que gente que sai para fazer um doutorado, um pós-doutorado fora do país e que lá fora começa a trabalhar com esse tipo de problema, ao voltar tenta implementar essa linha. Então a coisa está mais ou menos na mão do pessoal mais jovem.

TF – Isso está acontecendo em alguma universidade, o senhor está identificando (inaudível)?

NS – Eu acredito que sim, eu acredito que sim. Eu acredito, por exemplo, que o Roberto Berlinque, que está agora em São Carlos, que fez o seu doutorado lá com o Brackman na Bélgica, que ele deve implementar isso, o problema é que ele está em São Carlos, são 200 km até o litoral, não sei como é que ele se vira para arrumar material. Mas se ele não está fazendo isso, para mim vai ser decepcionante, porque ele deveria estar continuando.

TF – Seria com os animais marinhos?

NS – Não, o trabalho dele foi em cima de animais marinhos, mas ele pode estar fazendo isso com plantas. Quer dizer, infelizmente perdi o contato com ele, não sei como é que ele está se saindo lá em São Carlos, mas...

TF – São Carlos tem Universidade da USP, não é?

NS – Tem USP e tem Federal. Então eu acredito que essa gente que está chegando com doutorado na área, eles devem estar tentando implementar isso.

TF – Eu poderia dizer que no Brasil é uma questão de tradição essa distância aí...

NS – Por enquanto é questão de tradição, por enquanto, realmente, essa área ainda pode ser considerada nova.

TF – Eu queria que o senhor falasse um pouquinho da Fitoterapia no Brasil, quer dizer, a relação disso ao mesmo tempo com a questão assim da Ecologia na moda, se isso teve uma repercussão sobre essa área... como é que o senhor vê essa questão hoje? E como é que ela veio, obviamente (inaudível).

NS – Posso falar mal?

TF – Pode.

NS – Bom, então eu vou começar falando mal. A fitoterapia, quer dizer, o uso de plantas na terapêutica tem dois tipos de adversários. Um tipo de adversário é um adversário respeitável, são aquelas pessoas que não acreditam que as plantas servem para curar alguma coisa. Então aí estão muitos médicos que acham que usar produtos de plantas é um retrocesso, que planta já deu o que tinha que dar, que hoje em dia tudo que é de interesse para a terapêutica vem do laboratório de síntese. Isso é falso, porque levantamentos recentes mostram que entre 22 e 24% de medicamentos que a gente usa nos países ocidentais, os países industrializados, vem de plantas superiores, isso é fato, isso é uma estatística. Então quando a gente recebe uma alegação desse tipo, ou quando a gente recebe a alegação que um produto fitoterápico, que não é uma molécula isolada, mas sim uma fração de um extrato, um extrato preparado, ele não tem papel terapêutico. Isso também é falso, a gente consegue rebater isso porque existe o problema do remédio industrializado muito caro que não chega àquelas camadas mais carentes da população e que isso então é a saída, e que o medicamento fitoterápico, ele muito bem pode ser seguro, eficaz e ter a sua qualidade garantida como se fosse um produto sintético isolado. Então esse é o tipo de adversário que a gente consegue convencer pelo argumento, eles são sensíveis a argumentos, quer dizer, embora parta de uma premissa errada, mas depois de um diálogo, depois de apreciar os fatos eles entendem. Agora, pior do que isso é o outro grupo, o outro grupo dos entusiastas, “porque tudo que vem de planta é bom, porque foi Deus que fez, porque isso não ofende, que não tem efeito secundário, pode usar planta a vontade”. De vez em quando morre um, mas eles não se convencem. “Se morreu é porque tomou errado”. Então com esses não tem diálogo, porque eles se esquecem que Sócrates morreu bebendo suco de cicuta, eles se esquecem que as plantas contêm uma série de substâncias que servem para curar, mas que ao mesmo tempo são venenos e que as plantas, elas tem que receber um tratamento como qualquer medicamento recebe, elas tem que ter constância de atividade, tem que ser eficazes, tem que ser seguros, tem que ter um controle de qualidade. Mas para essa gente isso não existe, isso já é uma tentativa de tolher a liberdade individual,

de... porque está escrito não sei a onde, na Medicina herbética do século III antes de Cristo, que a planta tal serve para não sei o que, tem que tomar... Com essa gente é muito difícil e esse pessoal prejudica muito, porque justamente isso é atividade de moda, acha que é moda usar fitoterápicos, é moda usar biodegradável, é moda falar da onda verde. Então, primeiro, a planta não serve para curar tudo, obviamente o sintético também não serve para curar tudo. Um remédio fitoterápico ele tem seus efeitos secundários, como qualquer medicamento, ele tem que ser produzido de uma maneira apropriada, e o que tem por aí de gente dizendo besteira a respeito de fitoterapia não está no “gibi”, às vezes isso vem até das universidades. Quer dizer, até a própria UFF andou ministrando um curso aí para leigos de fitoterapia, quer dizer, para início de conversa o curso de terapia a qualquer coisa para mim já parece mais um exercício ilegal de Medicina, porque o médico é que pode fazer a terapia, as outras pessoas dão meios para o cara diagnosticar e curar. Mas por aí vai. Então ensinam que a planta...

TF – Que setor da UFF que organizou isso? era o quê? Faculdade de Medicina... alguma coisa assim? Não pode.

NS – Não, era a Faculdade de Farmácia, pelo menos era iniciativa isolada de um professor da Faculdade de Farmácia. Então acho muito errado, quer dizer, a gente pode até indicar o uso de uma planta em alguns casos, se bem que sou contra a indicação, porque a indicação acho que é privilégio médico, mas quando a gente tem elementos para saber o quê que essa planta contém e no caso, principalmente de plantas brasileiras, o conhecimento é muito superficial, não se conhece muito sobre a composição química, não se conhece muito sobre a farmacologia dessas plantas e muitas vezes não se conhece nem a toxicologia, que seria o primeiro dado a ser conhecido e no entanto tem gente aí recomendando o uso de plantas a “três por dois”, não é? Quer dizer, tem um cavalheiro que vai na TV Bandeirantes, todos os dias pela manhã e todo dia ele apregoa o uso de uma planta, bota uma chaleirinha lá, ao vivo, via Embratel para todo Brasil, demonstra como é que faz o chazinho, como é que toma, não sei o quê. Não sei onde anda o Regional de Farmácia e de Medicina que não vai atrapalhar aquele cara, que devia; há anos que ele faz isso e parece que tem até uma boa audiência. Aí acontecem coisas que aconteceram, por exemplo, com o Confrei, que se dá aquele “bum” na mídia, todo mundo vai atrás, começaram a consumir Confrei (inaudível) e depois alguém lembrou que aquilo tinha alqueóides (inaudível) e aquilo é patotóxico. Então a Vigilância Sanitária foi obrigada a proibir o uso do Confrei. Então proibiram o uso do Confrei, o quê que aconteceu? Mataram uma planta que tem propriedades terapêuticas interessantes, ela é tóxica sim, mas ela é indicada para uso tópico, a cicatrização de feridas, tem um alto teor de alantoinas. Então ela funciona, mas o uso tópico é desprovido de risco porque é utilizado topicamente, a absorção é mínima e o uso é limitado a um período de tempo muito curto, ao passo que se o sujeito passa a comer salada de Confrei todo o dia, ele seguramente vai desenvolver problemas hepáticos seríssimos, porque é a forma que ela está, de mote, na literatura científica. Então o problema está aí, fitoterápico é um negócio que todo mundo entende, todo mundo dá palpite. Eu me lembro quando eu assessorava uma empresa alemã, ali todo mundo entendia de plantas, desde o porteiro até o diretor-presidente. Então me lembro que teve um dia, eu cheguei na empresa e o porteiro me encontrou e me deu um pedaço de casca de uma planta e disse: “O senhor não poderia investigar isso aí.” “O quê que é isso aí?” “Isso é uma planta antidiabética, porque um primo meu tomou e ficou bom”. Bom, dizer para o porteiro do laboratório que a gente não vai investigar porque a gente não tem uma amostra botânica, a gente não tem indicação da planta, quer dizer, ele vai achar que a gente é besta e não está dando atenção. Eu disse: “Não, a gente está meio atolado no laboratório, tem muita coisa para fazer, você deixa isso comigo e

depois a gente vê”. Depois o assunto fica esquecido. Mas no mesmo dia fui chamado pelo diretor-presidente da empresa que me deu um pedaço de raiz e disse: “Olha, isso aqui é uma planta que o meu colega da Guatemala mandou para mim e disse que isso é muito bom para curar diabetes”. Aí eu disse: “Sim, e aí o quê é que o senhor quer que eu faça?” “Faça o favor de investigar”. Bom, para esse eu podia dizer, eu disse: “Não, eu não vou investigar porque não tem identificação botânica, eu tenho que identificar a planta, porque se amanhã der um resultado de interesse como é que o senhor vai reproduzir o resultado?” “Ah, mas isso na Guatemala, e deu o nome lá, se chama assim”. Eu digo: “Isso também não vale, o senhor tem que ter uma amostra de herbário, tem que ter o nome científico, tem que ter tudo”. No fim de uma hora de discussão ele saiu resmungando lá, dizendo que esses pesquisadores são todos uns vedetes e ninguém quer cooperar. Então fica difícil. Tem até relatos dramáticos na literatura, tem um trabalho do Frarso, que é relato de como é que se perderam centenas de milhas de dólares em trabalhos desse tipo de investigação por inabilidade de pessoas de colher uma amostra botânica, de identificar precisamente a planta, de registrar os resultados, de se guiar pelo nome vulgar da planta, que varia num raio de 20 km, a mesma planta pode ser designada por dois ou três nomes diferentes. Então as pessoas não levam isso em consideração. Como a planta é a palavra da moda, porque tudo é verde, foi Deus que fez, então não pode fazer mal. Então fica todo mundo em cima. Aí, quando a gente coloca uma opinião baseada no conhecimento científico dos fatos, às vezes a gente é mal recebido. Então esse problema é um problema muito sério. Tem gente que recomenda o uso de plantas, “olha, toma isso que isso é bom para tal coisa, isso é bom para tal coisa”. Baseado em quê que você está passando essa informação? Ah não, porque o fulano tomou e ficou bom, ou então, a comunidade tal usa isso. O fato de uma comunidade usar uma planta é uma indicação interessante, mas o uso de plantas em comunidades rurais, isso tem um contexto cultural envolvido. Quer dizer, tem gente que vai tratar a mesma enfermidade, um toma medicamento sintético, outro toma planta, outro vai no centro espírita e toma passe, todos três ficam bons, mas então tem que ver em que contexto cultural cada uma coisa dessas é aplicada. Então isso pode ser um tremendo efeito placebo e pode ter também um fundamento científico, qualquer coisa, tem que ser examinado. Quer dizer, a China que é a China, que tem uma tradição escrita de 3000 anos de uso de plantas de medicina está revendo todas as suas plantas medicinais. Está revendo todas as indicações à luz da Ciência. Tem tido algumas descobertas sensacionais, como por exemplo, a artemesinina que é um anti-malárico e que foi isolada a partir de uma indicação da Medicina tradicional chinesa que a planta era boa para combater febres, inclusive a febre malárica. Então, indo por outro lado, também se descobre que tem plantas que não tem nenhuma função, não fazem nem um efeito, a farmacologia não detecta efeito. Então, tudo tem que ser muito bem investigado, se não for investigado, passar informação que (inaudível) procura A ou B, porque uma determinada comunidade lá no Alto Xingu usa, é meio irresponsável.

TF – Existe algum trabalho aqui em Niterói de uma comunidade, ou seja, alguma relação de vocês, como o professor Matos faz, algumas comunidades ensinando a usar alguns medicamentos? Aqui tem alguma relação?

NS – Não, não. Nós tentamos ampliar o nosso trabalho começando um trabalho de cultivo de medicinais e para isso, nós não temos uma escola de agronomia na universidade, mas temos dois colégios agrícolas. Então nós tentamos com o colégio agrícola de Pinheiral, mas fica extremamente difícil, quer dizer, a distância não é muito grande, mas ela existe, o pessoal de Pinheiral não vem a Niterói, para ir de Niterói a Pinheiral também é difícil...

TF – Pinheiral é o quê? Um bairro ou Município?

NS – Não, é Município. Pinheiral é Barra do Piraí, Piraí, aliás. Então fica difícil, também há uma inexperiência por parte dos colégios agrícolas de participarem desse tipo de programa.

TF – Colégios agrícolas de que nível?

NS – Nível médio, nível técnico, mas é da universidade. Tem um em Piraí, outro em Bom Jesus de Itabapuana.

TF – Ligada a Faculdade de Agronomia, seria isso?

NS – Não, nós não temos Faculdade de Agronomia. São dois colégios agrícolas que a universidade mantém, mas estão ligados a Pró-Reitoria de extensão.

TF – Como é que o senhor vê, professor, a relação que se estabelece entre os profissionais dessa área toda, (inaudível) essa área toda relacionada a produtos naturais, tem um encontro, tem um congresso que é anual que já tem uma marca, tem outros congressos de Química, de Botânica, onde de certa forma...

NS – As coisas se entrelaçam.

TF – ...quer dizer, essa área aí, dá para vocês terem uma noção, nesses encontros, terem uma noção e acompanhar essa produção científica em todo o Brasil?

NS – Ah, mas seguramente. Quer dizer, logicamente, nosso encontro maior é o Simpósio Brasileiro de Plantas Medicinais, o último aconteceu o ano passado em Florianópolis, foi muito bom, uma fluência muito grande de pessoas e, realmente, quem trabalha nessa área pode deixar de ir a um ou outro congresso, mas ao Simpósio Brasileiro todo mundo vai, ou pelo menos faz força para ir. A sistemática de realizar um no Norte, um no Sul, um no Norte, um no Sul, alternadamente, então faz com que realmente a coisa se popularize mais, quer dizer, quem está em Porto Alegre talvez encontre dificuldade de ir a Belém, mas no ano seguinte vai ser em São Paulo, então fica mais fácil. Então esse é o congresso que todo mundo vai e aparecem trabalhos de todas as áreas, é químico, é farmacologia, é cultivo, e é interessante notar como é que a coisa está evoluindo, porque eu me lembro de um dos primeiros que eu compareci, acho que foi o terceiro ou quarto em São Paulo, então tinham poucos trabalhos, pouca química, pouco farmacologia, depois esse número explodiu. Hoje em dia aparecem trabalhos de agronomia, um número cada vez maior, aparecem trabalhos de preparação de formas farmacêuticas com produtos fitoterápicos, aparecem relatos de clínica, de uso clínico, quer dizer, a coisa está se ampliando cada vez mais, cada vez mais maior número de pessoas está envolvido nisso. Então isso é muito bom, em (inaudível) que aparecem outras reuniões, reunião do SBQ, que é anual, a RESEM, que também é anual, terminou a semana passada...

TF – RESEM o que é?

NS – Encontro de Ecologia Sistemática e Micromoléculas.

NR – É organizado pelo professor Otto Gottlieb.

NS – Isso, isso. Essa é a reunião do professor Otto, quer dizer, ele, o grupo dele, os seguidores dele que dominam essa reunião, mas é extremamente interessante, porque sai muitos dados de química sistemática e volta e meia está a reunião enxertada com outras coisas correlacionadas, mas o forte da reunião, evidentemente, é química sistemática.

TF – Eu percebi que esse ano... no ano retrasado, eu fui ao Congresso de Farmácia em São Paulo, um Congresso enorme...

NS – 95.

TF – ... (inaudível) e esse ano eu recebi todos os folhetos do congresso e percebi uma diferença no que diz respeito ao campo.... que o congresso que eu fui eu percebi que tinha um campo enorme, muitos trabalhos, muitas apresentações, muitas comunicações, com essa temática de produtos naturais, então me dirigi ao congresso. Esse ano pelos folhetos que eu recebi essa área estaria pouco explorada no congresso, eu senti uma diferença muito grande, estranhei.

NS – Pois é, o que aconteceu esse ano é que está havendo muita reunião esse ano, eu não fui no 95, no paulista em 95, embora estivesse programado lá para uma mesa redonda, porque eu fui acidentado. Então, enquanto o congresso estava ocorrendo eu estava numa cama de hospital, então perdi. Mas eu fui esse ano e, realmente, o número de produtos naturais foi pequeno. Agora, o que aconteceu esse ano? Esse ano teve o congresso de Ciências Farmacêuticas em Ribeirão Preto, teve um bom número de trabalhos de produtos naturais inscritos, depois teve a reunião de Araraquara, também produtos naturais, Paulista de Medicina, RESEM, quer dizer, agora está havendo uma reunião em Pernambuco, está havendo ou vai começar. Então foi muita reunião... SBQ que é em maio, Congresso de Botânica que é esse ano...

TF – Mas esses outros congressos também não acontecem de dois em dois anos?

NS – Anuais, alguns são anuais. O paulista é bianual, mas deve ter coincido que o número de colegas com trabalho, para mandar também para o paulista, realmente foi pequeno. Quer dizer, esse ano nós mandamos trabalhos acho que para todos os congressos, menos o paulista. Ah sim, ainda tem o congresso em novembro na Argentina, Mundial de Plantas Medicinais e Aromáticas, também o segundo, o primeiro foi em 84, se não me engano. Então tem muita gente que mandou trabalho lá para o Locmar, quer dizer, não mandou para o paulista. Então teve muita coisa esses anos, quer dizer, a produção da gente...

NG – O (inaudível) é aqui no Rio?

NS – Este ano foi no Rio, mas já foi realizado aqui em Niterói, já teve em Vitória, já teve em São Paulo, esse ano foi no Rio, inclusive, foi realizado meio fora de época porque normalmente eles fazem em abril, abril, maio e esse ano foi em agosto, mas isso também é compreensível, às vezes para a gente arrumar verba para fazer um congresso é difícil.

TF – E como é que está a questão do financiamento? Como é que as fontes de fomento estão

direcionando verba para essa área específica? Eu queria que o senhor fizesse uma avaliação assim meio histórica mesmo, como é que vem acontecendo, se está crescendo, se está diminuindo. Quais são as forças dentro dessa ...

NS – Bom, a primeira coisa que a gente faz é começar a se queixar da falta de dinheiro, sempre falta dinheiro. Quer dizer, faltava naquela época, falta agora, sempre faltou dinheiro, ou pelo menos a gente sempre acha que está faltando dinheiro. Eu me lembro no início da minha carreira, quando eu voltei para o CTAA nós começamos a mexer com o programa do sisal, então esse programa foi apoiado também pelo CNPq. Mas as coisas no CNPq eram muito mais fáceis, o número de pesquisadores também era pequeno, então eu me lembro que todo o projeto ele foi discutido, discutido de viva voz entre o diretor científico do conselho, professor Walter e eu como assistente dele que ia junto para discutir...

TF – Walter Mors?

NS – Walter Mors, claro. Lá a coisa era colocada na mesa, era discutida, a burocracia era menor e o CNPq ocupava 3 salas lá naquele edifício da Secretaria de Saúde, lá na Antônio Carlos. Depois as coisas cresceram, o número de pesquisadores aumentou muito, as verbas não acompanharam, enfim, tudo ficou um pouco mais difícil, um pouco mais burocratizado, se bem que de alguns anos para cá isso tem melhorado, quer dizer, não a distribuição do dinheiro, mas a burocracia para conseguir, a gente enche menos papel para depois levar um não, antes...

TF – Agora se leva mais não do que antigamente?

NS – Olha, eu acho que sim, acho que sim, acho que se leva mais não.

TF – O senhor fala isso hoje, o senhor está falando de quando para cá?

NS – Digamos de uns 5 anos para cá. Agora, é difícil a gente analisar isso assim no geral porque tem épocas, quer dizer, tem na sala da coordenadora do programa de plantas medicinais da CEME tem um gráfico, onde está mostrada a liberação de verba da CEME para o programa. Então o gráfico, como sempre ele tem uma linha meio regular e depois ele cai para o zero e se mantém no zero durante dois anos, governo Collor de Mello. Então foi a época que não se investiu nada. Então, quer dizer, acho eu, isso é a minha opinião pessoal, que se o Brasil, com a nossa crônica falta de recursos, seguisse o exemplo da China, nós estaríamos melhor. O quê que eu vejo na China? Na China a Academia de Ciência Chinesa, ela tem assento no Conselho de Ministro como se fosse um Ministério. Então ela participa da elaboração da política do país, aí ela toma conhecimento daquilo tudo que se passa no mundo científico, quer dizer, quais são as pesquisas que estão sendo organizadas, o que cada um está pesquisando, qual é a linha de trabalho dessa ou daquela instituição e ela também fica informada dos resultados. Então quando aparece um resultado de interesse, como o caso da artemesinina por exemplo, então ela designa 4, 5 ou 6 instituições para trabalharem no assunto. Então tomando caso de uma planta medicinal, a instituição A vai estudar cultivo, a instituição B vai estudar melhoramento genético, a C vai estudar a fitoquímica do negócio, a D vai fazer farmacologia, a C, E, X, Y, cada um vai fazer um tipo de trabalho e, no final das contas, se junta isso tudo, em pouco tempo se tem um resultado completo. O caso da artemesinina foi feito assim para os resultados sair em poucos anos com o produto no mercado. Então, essas prioridades é a Academia que estabelece, nós não temos

prioridades, não temos prioridades, cada um faz o que quer. Quer dizer, quando eu trabalhava na UNICAMP, muitas vezes eu recebia pedido de colega: “Quando você for negociar um convênio como laboratório tal, tenta incluir essa planta que eu tenho muito interesse nela”. “Mas por que você tem interesse nessa planta?” “Não, porque eu já estudo essa família há algum tempo, então é muito interessante”. “Mas você tem algum resultado assim promissor, que pode interessar a empresa no caso, possibilidade de fazer um medicamento?” “Não! Tudo que eu tirei de lá só tem interesse acadêmico, mas tem uma configuração de uma metila na posição tal que é extremamente interessante”. Quer dizer, o cara quer transferir o problema acadêmico dele para alguém financiar. Quem financiar? O setor produtivo. Então não há uma política, não há uma política aqui. A China, enquanto o sujeito está fazendo a pesquisa acadêmica dele tem toda a liberdade, a partir do instante que ele tem um resultado de interesse nacional ele tem que perseguir aquele resultado, ele tem que chegar a uma conclusão, é a maneira dele retribuir ao país dele o dinheiro que o país gastou com ele, ou o que gasta na hora que ele gera conhecimento pelo conhecimento. Então, tenho impressão que os nossos órgãos financiadores, se eles estivessem assim coragem de assumir isso, chamar o pesquisador e dizer: “Fulano, o teu projeto é excelente, é muito bom, ele está muito bem elaborado, a pesquisa está muito bem fundamentada, mas no momento a prioridade não é essa, nós não vamos apoiar o seu projeto, vamos apoiar o projeto do fulano de tal, que aquele também está bem escrito, está bem fundamentado, mas ele está de acordo, está enquadrado na política que nós estamos seguindo no momento”. Por exemplo, medicamentos anti-parasitários, país tropical, então é prioritário, então vamos trabalhar na linha de anti-parasitários, então o negócio aí é para combater, sei lá, pressão alta, então isso pode esperar. Então, ninguém diz isso. Então, o que acontece frequentemente? Eu peço 100 mil reais para fazer um determinado projeto, se me derem 100 mil reais vai faltar dinheiro para o projeto do fulano, do beltrano, do sicrano. Então está bem, eu levo 10 mil, o fulano pediu 50, leva 5, o beltrano pediu 200 leva 30 e assim ninguém conclui coisa nenhuma, porque não é dando metade que se vai esperar metade dos resultados. Às vezes dando metade a gente não tem 5% dos resultados; então até nisso a análise, ela falha. Então, acho eu, que os nossos órgãos de financiamento têm que assumir isso, tem que assumir que existem prioridades e tem que ter coragem de negar ao colega, mas negar fundamentado. “Pediu 100, eu vou te dar 10 porque não tem dinheiro, tem que dividir, para todos...” Não tem que dividir não, tem que escolher quem é o melhor e os outros tem que compreender isso, desde que o julgamento seja evidentemente honesto. Para mim o maior exemplo é a FAPESP, a FAPESP acho que é a única entidade que funciona na área de financiamento de pesquisas que eu, da minha parte, não tenho a fazer um único reparo a atuação da FAPESP. Tudo é feito muito às claras, as prioridades são indicadas, o projeto é discutido, o dinheiro é concedido, quer dizer, aquilo que você pede, aquilo é dado, mas aí de quem depois não prestar contas ou não mostrar resultado coerente, aí fica proscrito para o resto da vida. Então, teve coragem de submeter um projeto a FAPESP, trate de executá-lo da melhor maneira possível. Eu acho que isso é o certo.

TF – E a universidade aqui, a UFF, ela financia essas pesquisas também?

NS – Bom, ela até gostaria, mas ela não tem dinheiro. Então financiar alguma coisa internamente é uma dificuldade. Quer dizer, nós fizemos um curso internacional aqui há 15 dias atrás, então, obviamente, a universidade entrou com alguma parte, taxa de inscrição que foi cobrada era uma taxa simbólica, então não cobriam esses gastos. A universidade, ela tem interesse, ela fez o máximo que ela podia fazer, mas os recursos da universidade são poucos, são poucos. A universidade está muito mal de dinheiro, todas, não somos só nós não.

TF – Como é que o senhor está vendo essa questão do desenvolvimento do ensino, a meu ver acho que (inaudível) está mais baixo no Brasil, quais as consequências para o nosso país, dessa política de ensino.

NS – A política de ensino eu acho um horror, um horror. Eu me lembro que quando eu fiz o vestibular, o que me era pedido no vestibular, como condição para entrar na universidade, anos depois nós passamos a ensinar dentro da universidade, talvez num nível até pior do que aquele conhecimento que a gente recebia no secundário há 35 anos atrás. Quer dizer, o secundário está muito mal, o secundário dizem que está mal porque o primário está mal. Mas, o que acontece na universidade então é consequência. Eu tenho notado que as minhas turmas tem piorado de ano para ano, quer dizer, eu fiquei dez anos fora da sala de aula da UFF, os 9 que eu passei dentro da UNICAMP, estou voltando agora e estou desagradavelmente surpreso. Mas esse fenômeno, eu acho que ele ocorre em toda parte. Enquanto eu estava na UNICAMP eu não tinha obrigações didáticas, mas a gente se habitua a ter contato com gente jovem, estudante e tudo. Então fui lecionar na PUC, na PUC de Campinas, na Faculdade de Farmácia, o problema, eu mesmo, o pessoal tem nível de informação muito baixo, quer dizer, é a gente que quando ensina no ciclo profissional a gente tende a culpar o pessoal do básico por isso, mas eu fui professor do básico 17 anos e eu sei que o problema é trabalhar com aluno no básico, que o aluno vem completamente desinformado do secundário, aquele vestibular de cruzinha, que tinha os lotéricos, gente que nunca fez curso de química ia fazer Química, como? O desnível que a gente observava entre a média dos alunos e de um (inaudível) de uma Escola Técnica de Química, era uma diferença tremenda, as pessoas se destacavam, mas se destacavam muito da massa dos alunos. Então, eu não sei, a coisa está toda errada. Agora, o que eu acho que deveria de ser mudado também, isso também uma opinião pessoal minha, é um pouco essa filosofia de que todo professor é obrigatoriamente um pesquisador. Eu tive um grande professor que de pesquisador... eu tive dois professores com essa característica, de pesquisador não tinham nada, mas eram grandes transmissores de conhecimento, aprendi muito com eles. Então, eu não vejo nada demais se dentro de uma universidade houvesse alguém, principalmente no ciclo básico, que se limitasse a transmitir, tivesse uma carga de aula alta e se dedicasse realmente ao ensino, isso liberaria os outros que tem mais aptidão para pesquisa para gastar mais tempo na pesquisa do que ficar dentro de sala de aula. Não sei como é que a gente pode resolver isso, porque tem gente que diz que o cara que não pesquisa também não tem muita coisa para transmitir, talvez exista até uma dose de verdade nisso, mas de um modo geral, eu vejo que a atividade de ensinar num curso de graduação já está começando a ser considerada na universidade como função subalterna. Se você dá aula num doutorado, ótimo, aí é maravilhoso, você é um grande professor, mas se você dá aula da graduação, então: “Ah, estou dando aula na turma de graduação...” O sujeito já fala se desculpando, por quê? Se isso é uma universidade e o sujeito está sendo pago para ensinar. Então por que se desculpar por estar dando aula para uma turma de graduação? Tem mais é que dar. Então eu queria que isso mudasse um pouco, não sei se é possível, se vai mudar, se não vai mudar.

TF – Não sei se o senhor tem mais alguma coisa a acrescentar? Tem alguma coisa que o senhor gostaria de...

NS – Não sei, mas acho que foi ótimo, porque assim a gente relembra muita coisa, acaba botando para fora algumas opiniões que a gente nunca teve chance de falar...

TF – Tem alguma relação que o senhor gostaria ainda de chamar atenção? Alguma (inaudível)

NS – Não sei, acho que realmente, fazer o que eu faço, fazer o que eu fiz durante toda a minha vida, eu não me arrependo de nada do que eu fiz, quer dizer, todos aqueles episódios, até meio conturbados de, enquadrar ou não enquadrar na tabela de IQA, ir para NPPN, não ir para NPPN, ir para Campinas, voltar de Campinas, quer dizer, no fim tudo isso somou muita coisa, a gente aprende com cada episódio desse, a gente...

Fita 4 – Lado B

NS - ...pior, na ocasião a gente não percebe isso, mas é uma atividade que, depois de toda uma vida, ela me deixa muita lembrança agradável e quase nenhuma desagradável. Achei que valeu a pena, faria tudo de novo, nas linhas gerais, faria.

TF – O senhor está percebendo na formação desses estudantes novos, ela está tendo uma migração para essa área significativa ou não chega a eles esse interesse assim, eles não... continua o mesmo interesse antigo... quer dizer, o crescimento dessa área está impingido os alunos, colocando os alunos uma outra possibilidade de trabalho?

NS – Eu acho que sim, acho que sim, porque, até inclusive, pela existência de inúmeros cursos de pós-graduação na área, quer dizer, tem muita gente que termina a sua graduação, vai fazer pós. Fazer pós em quê? Produtos Naturais. Ótimo, essa gente vai ter que ser absorvida por alguém, quer dizer, até o momento acho quem mais absorve os pós-graduados é a própria universidade, mas algumas empresas já estão começando a absorver também. Já é normal a gente encontrar um anúncio de jornal onde diz, por exemplo, “mestrado em química de produtos naturais”, não é... como é que se diz... não é obrigatório, mas é uma coisa que ajuda. Então acredito que isso está começando a sair para o mercado também.

TF – A necessidade dessa formação.

NS – A necessidade dessa formação, a necessidade de uma formação mais voltada para fitoterápicos, para plantas medicinais. Quer dizer, aqui no Rio nós temos uma maneira de convivência profissional que não me parece tão boa como a de São Paulo, porque em São Paulo tem as associações profissionais, tem os cursos do Sindufarma, tem as subcomissões, tem as reuniões técnicas, cursinhos do Unifar, e tudo isso aproxima as pessoas. Então a gente vai assisti um curso de dois dias, o curso geralmente é quinta e sexta, tipo de 7 às 10 da noite, e na sexta-feira, no encerramento sai todo mundo para tomar uma cerveja, e aí se troca idéia, se conversa, a gente sabe de quem está precisando de um profissional, e quem está querendo deixar emprego, qual é a filosofia de trabalho de uma determinada empresa, e aqui no Rio isso é um pouco mais difícil, mas a gente sente, a gente sente que existe uma procura maior por pessoas especializadas, quer dizer, de gente que realmente conhece o assunto, não é pegar qualquer um e colocar na fábrica e ele depois vai se virar e aprender, as empresas estão começando a criar essa consciência.

TF – E isso está modificando, a formação, digamos assim, a procura pela formação especializada.

NS – É, e abre um novo campo. Quer dizer, quem fez o mestrado há 20 anos atrás, provavelmente tinha como mercado, única e exclusivamente a universidade, quer dizer, hoje em dia ele já pode pensar que ele pode se colocar numa empresa.